

Olga Maria Castrillon-Mendes

B R A S I L

# Discurso de Constituição da Fronteira de Mato Grosso

**UNEMAT**

Universidade do Estado de Mato Grosso

- Unemat Editora -

**Editora Unemat**

**Editor:** Maria do Socorro de Sousa Araújo

**Capa Final:** Rangel Gomes Sacramento

**Diagramação:** Rangel Gomes Sacramento

Editora Unemat 2017

*online*

**Conselho Editorial:**

Ariel Lopes Torres

Guilherme Angerames Rodrigues - PROEC

Gustavo Laet Rodrigues

José Ricardo M. T. de Oliveira Carvalho

Luiz Carlos Chieregatto

Maria do Socorro de Sousa Araújo (Presidente)

Mayra Aparecida Cortes

Neuza Benedita da Silva Zattar

Roberto Vasconcelos Pinheiro

Sandra Mara Alves Silva Neves

Severino de Paiva Sobrinho

Tales Nereu Bogoni

**DISCURSO DE CONSTITUIÇÃO DA FRONTEIRA DE MATO GROSSO**

**Autor:** Olga Maria Castrillon-Mendes

Castrillon-Mendes, Olga Maria.  
C3551d Discurso de constituição da fronteira de Mato Grosso / Olga Maria Castrillon-Mendes – Cáceres: Editora da Unemat, 2017. 107p.

Inclui Bibliografia e Apêndice

ISBN: 978-85-7911-163-1

1. Discurso. 2. Linguística. 3. Mato Grosso. I. Castrillon-Mendes, Olga Maria. II. Título.

CDU 81'42(817.2)

Editora Unemat  
Avenida Tancredo Neves nº 1095 - Cavalhada  
Fone/fax: (065) 3221-0077  
Cáceres-MT – 78200-000 - Brasil  
E-mail: editora@unemat.br

*Para o meu pai, leitor das primeiras horas  
(in memoriam)*

*Para os que vieram depois e  
constituem o melhor de mim:  
Luís Mário, Luciane e Alessandro.  
Otávio e Lucas.*

*É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares na poeira dos livros.*

*Michel Foucault. A Arqueologia do Saber.*

## SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	05
INICIANDO O PERCURSO.....	08
O MOVIMENTO DA CONQUISTA.....	17
O <i>Corpus</i> : viagens e Instruções.....	22
Uma região, uma fronteira.....	25
Rolim e Albuquerque: fronteiros do reino.....	29
O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO OFICIAL DO SÉCULO XVIII..	35
O espetáculo político: as condições de produção.....	37
Caminhos dos sentidos.....	41
O nome constrói a fronteira.....	50
O INSTRUMENTO DA CONQUISTA.....	57
Fronteira: a escritura do movimento.....	59
Por que (não) se respeitam fronteiras?.....	63
UM POUSO A(O)FINAL.....	73
POSFÁCIO.....	80
FRONTEIRAS: ESCRITURA DO MOVIMENTO.....	82
BIBLIOGRAFIA.....	84
APÊNDICE.....	91

## PREFÁCIO

O silêncio não fala, ele significa. Se você fizer o silêncio falar, ele vai significar diferente. Significar com palavras é diferente de significar com silêncio. A gente pode estar em silêncio e estar significando. E também, muitas vezes, você fala certas coisas para que outros sentidos não apareçam. Isso é o silenciamento. Porque o homem tem necessidade vital de significação. Onde ele não pode significar, migra para outros objetos simbólicos.  
(Eni Orlandi, 2012)

Este livro é mesmo um grande presente ao leitor, em especial, ao mato-grossense. Sobretudo pelo grande percurso de leitura que para nós analistas, que concebemos a linguagem enquanto lugar de significação por excelência. Logo, é o terreno fértil de inúmeras descobertas advindas de outras leituras possíveis. O texto que se apresenta é uma obra histórico-literária, não no sentido de contar a história de um povo, mas, sobretudo porque me convoca a ler as cartas dos viajantes de um outro lugar e perceber as redes de sentido que as constituíram ao longo do século XVIII, ao tempo da Capitania, hoje Estado de Mato Grosso, e nós como cidadãos.

Professora Olga Castrillon soube com doçura e leveza, características que lhe significam, trazer à luz o espírito vivo e grandioso dos processos que me fez sentir pertencida a este continental estado e país. Por isto, iniciei o texto inspirando-me nas palavras de Eni Orlandi sobre o silêncio. O silenciamento constitutivo das cartas destes grandes desbravadores foi aos poucos sendo significado de modo a ajudar o leitor a compreender em que condições de produção o espaço geográfico antes “sem sentido” passa a ser significado pelo olhar dos viajantes. Foi também sob os efeitos de sentidos produzidos na leitura da nação

portuguesa que passamos a significar não somente a terra, mas a gente que nela vivia. Com isto, a autora ilumina e esclarece o modo pelos quais se deu a formação de um estado e de uma nação. Um texto que não se escreve sob a luz de uma teoria apenas, mas que vejo nele a emoção que o faz tornar uma obra-prima para a História das Ideias Linguísticas de Mato Grosso.

O leitor que se prepare para ter outras leituras sobre a constituição deste nosso imenso estado brasileiro que ainda não se dera totalmente a conhecer, mesmo em obras fundamentais já escritas. Em *Discurso de constituição da fronteira de Mato Grosso*, vi como os discursos produzidos pelas literaturas de viagem constituíram uma memória e um imaginário sobre o sertão e sobre seus habitantes, legitimando uma leitura sobre seus sujeitos e a partir dela, oficializar determinados modos de colonização cujos efeitos nos significam até hoje.

Leitor não é apenas um leitor, é muito mais do que isso. É leitor aquele que atribui sentidos ao que lê, razão pela qual se torna o coadjuvante na produção daqueles imaginados pelo autor. E nesse movimento pode revolucionar a obra, pois sentidos outros eclodem e a língua se abre ao acaso, terreno fértil para o novo.

O que proponho ao leitor é fazer um percurso pelo emaranhado de sentidos que constituíram Mato Grosso e aos seus pertencidos, efeitos do mergulho que, enquanto leitora, fiz destas páginas e que, a cada vez que decidir voltar sobre elas, outras possibilidades de significação se farão emergir, como quem “volta a uma cachoeira para desfrutar de todas as suas quedas”. Razão pela qual ao prefaciá-la esta obra, sentidos tantos são ressignificados porque antes estavam aprisionados nas cadeias de definições fechadas, e que pela inscrição da língua na história, passam a ser escutados como um novo pensamento sobre o espetáculo político que se constitui em fronteiras como forma de resistência na constituição de Mato Grosso e de mato-grossenses.

Há ainda o desejo de destacar alguns outros efeitos de sentido. Um deles é o fato desta obra vincular-se profundamente a uma prática acadêmica que produz conhecimento sustentado na ética do trabalho docente que arduamente a Profa. Olga persegue na sua carreira. A sua

atuação foi seu grande laboratório de ideias que criteriosamente foram científicizadas sem perder o encanto da poesia com a qual materializa seu pensamento. Sua atitude ao publicar este riquíssimo texto, abre novos horizontes para a interpretação, uma vez que vêm recheados de uma diversidade de acontecimentos, pluridimensionando os sentidos historiograficamente cristalizados.

Finalizo dizendo: ao mergulhar nos vários “arquivos” dos capítulos deste livro, sou convocada a pensar interdisciplinarmente, como tão bem soube fazer Michel Pêcheux, ao constituir a Análise de Discurso como disciplina de entremeio na relação com a Linguística, a Psicanálise e o Materialismo Histórico, base que nos permitiu romper com os sentidos aprisionados por uma historiografia alienada.

Ler esta obra é como se eu mesma reconstruísse uma nossa trajetória, rompendo com ideias conservadoras que apagaram, no movimento da história, determinados acontecimentos em detrimento de outros. Razão pela qual reafirmo que é o conjunto da obra que me dá a alegria de poder reler certos acontecimentos de um outro lugar que possibilitou-me e possibilitará ao leitor, indubitavelmente, reverberar sentidos que se abrem para outros questionamentos e à investigação. Assim, liberta-se a interpretação da literalidade que por tanto tempo a aprisionou.

Uma ótima leitura a todos!

Cáceres, janeiro de 2017.  
Profa. Dra. Ana Maria Di Renzo  
Reitora da UNEMAT



## INICIANDO O PERCURSO

“- não se tapa o passado, goteira-o por entre dentes”

“o presente? Chuvisquinha  
aspectos d’água sem punhos do tempo”

Silva Freire. *Presença na ausência do tempo*

A busca de parte da produção dos viajantes, que percorreram o território onde hoje se assenta o Estado de Mato Grosso, embasou a configuração do tema deste livro, em sua gênese, uma pesquisa que resultou na dissertação de mestrado em Linguística sobre os discursos de constituição da fronteira oeste brasileira. Tais textos de arquivo foram organizados como saberes específicos sobre o espaço amazônico mato-grossense, vistos aqui não na perspectiva geográfica, mas como pensado por Ángel Rama<sup>1</sup>, numa interior diversidade das “regiões culturais”. Desta forma, são discursos constituidores do processo de interpretação que compreende a formação de uma das maiores fronteiras geo-políticas do Brasil traçada em meio aos conflitos e relações diplomáticas, na segunda metade do século XVIII.

No decorrer dos estudos o tema se revelou em meio a uma abrangente complexidade, “goteirando por entre dentes”, como fala o poeta posto em epígrafe, sem a possibilidade (e a intenção) de marcar uma unidade “com punhos”, mas múltipla e plural. Sob essa pluralidade, os resultados da leitura podem se inscrever nas vertentes das Ciências Sociais, principalmente estudos da Cultura, da História, da Antropologia e, como requer nosso caso, da Linguagem. Embora não tenhamos abarcado a totalidade dos trabalhos produzidos sobre o

---

<sup>1</sup> Cf. o pensamento do crítico Ángel Rama sobre o projeto de América Latina a ser delineado pelo seu trabalho intelectual em Literatura e cultura na América Latina. Organização de Flávio Aguiar & Sandra Guardini T. Vasconcelos. Tradução de Raquel La Corte dos Santos e Elza Gasparotto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

assunto, o que nos assegura a necessidade de continuidade da pesquisa, procuramos trazer como referência os textos inscritos na/pela história que nos dirigem a algumas pistas sobre o processo de formação da fronteira de Mato Grosso, bem como aqueles relacionados aos estudos da linguagem e da literatura, bases da minha formação, cujo percurso encontramos suporte, dentre outros, no desdobramento dos trabalhos desenvolvidos pelos diferentes pesquisadores do Projeto História das Ideias Linguísticas, da Universidade Estadual de Campinas.

Dentro desse vasto campo de investigação, o trabalho pretende ocupar um pequeno espaço, delimitando como objeto o discurso oficial produzido pelos primeiros administradores coloniais de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura e D. Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Ambos se dão a conhecer como “fronteiros do reino” numa época em que res-guardar as fronteiras das conquistas lusas constituía a principal estratégia do processo de administração.

Meu objetivo, portanto, é analisar linguístico-discursivamente a textualidade das Cartas desses administradores da Colônia aliadas às Instruções emanadas da Corte, no século XVIII, bem como o lugar de funcionamento desse discurso, construindo parte do saber sobre os múltiplos significados das relações coloniais na formação das identidades culturais e as representações da terra conquistada nas relações aqui/lá/eu/Outro.

A minha inquietação se explica parte pela ligação visceral com a História, que me re-conduz às origens da formação do Estado de Mato Grosso, parte por uma paixão necessária com a linguagem que me vem pela literatura e pela descoberta dos encaminhamentos pelas vias da Análise de Discurso de linha francesa.

A primeira me coloca frente à necessidade de compreender o processo sócio-histórico de formação de um povo, que sintetiza o amálgama de etnias e o choque entre diferentes culturas. As outras intervêm de forma dominante, legitimando gestos de interpretação, que se tornam responsáveis pela configuração de um determinado saber sobre a proto-história da terra, vinda dos primeiros viajantes/conquistadores/demarcadores e a discursividade sobre a fronteira.

Nesse percurso de sentidos, compreender o “estar na fronteira” significa colocar-se nas teias do discurso para (res)significar o espaço onde se produz as identidades, os sentidos específicos do colonialismo brasileiro e outros dizeres, através da análise de seu funcionamento linguístico-discursivo, lugar possível de investigação dos processos de formação do povo. Traçar as linhas imaginárias demarcadoras de territórios, não só delinea a geografia como atribui sentido à terra e à gente que nela vive, configurando o processo de civilização/colonização e de desenvolvimento do espírito de nações e de nacionalidades.

No século XVIII, em Mato Grosso, a formação de vilas e povoados tem correlação com o traçado da fronteira. As vilas eram criadas por razões estratégicas dentro do “vazio geográfico” da Colônia, como base do fato que o futuro viria autorizar a invocação e aplicação do princípio jurídico do *uti possidetis*, segundo o qual Portugal continuaria possuindo como possuía, no mesmo lugar de sua posse. Significa dizer, o lugar da estratégia e da diplomacia produzindo o efeito legal: o princípio constituidor de direito que impele a conquista para o interior, gerando a maior penetração de que se tem notícia e a ocupação de uma das mais vastas áreas de terras do continente sul-americano.

A delimitação da fronteira de Mato Grosso se liga, portanto, ao sentido do político e das relações de poder que traçaram os limites da soberania portuguesa pelos balizamentos naturais dos rios Paraguai e Guaporé. A delimitação por/pelas águas já é a marca indelével da fluidez, do não visível, portanto, sujeito às modificações temporais.

Para percorrer esses sentidos, o *corpus* de análise é constituído pelos textos oficiais de dois Capitães-Generais da Capitania de Mato Grosso, Rolim de Moura e Luiz de Albuquerque, que oferecem um lugar privilegiado para se verificar a constituição do espaço de memória em que um povo, em processo de expansão territorial, entra em contato com outros povos já estabelecidos e de culturas diferentes. No confronto dessas relações de força e de sentido se constroem as identidades, basicamente pela linha do conflito e pelas relações de poder.

A cidade de Cáceres, como outros municípios que formam a vasta fronteira Oeste, é parte desse contexto que firmou a posição

de Portugal no Ocidente de Mato Grosso. Surge de “planejamento estratégico” ditado por princípios legais e de administração nos trópicos. Luiz de Albuquerque, falando em nome do poder que detém na Colônia, “dá ordem”, conforme consta da Ata de fundação, para se erigir na margem Oriental do rio Paraguai, “no lugar onde se dirige a estrada que seguia à Cuyabá desde Villa Bella [...] uma povoação civilizada, aonde se congregassem todo o maior numero de moradores possível”<sup>2</sup>. O termo grifado sinaliza para o sentido colonial de apropriação, o que configura a estratégia utilizada no processo de solidificação de posses e de povoamento que caracteriza o espaço de movimento dos atos gerados pela prática humana e pela proliferação de outros dizeres. Forma de apropriação que determina o processo colonial de submissão e posse, tanto da terra quanto dos sujeitos já estabelecidos.

No dizer de Alfredo Bosi<sup>3</sup>, “tomar conta de” reside no sentido básico de “colo”, que importa não só em “cuidar”, mas também em “mandar”. Nesse sentido posto pelo enunciado, o administrador manda conforme o sistema estabelecido e o funcionamento da linguagem. O gesto faz parte do que Pierre Bourdieu<sup>4</sup> denomina de sistema simbólico de poder que impele as culturas “menores”, entendidas sempre como subculturas, a se definirem pela sua distância em relação à cultura dominante. E é desta forma que Mato Grosso se constitui dentro de uma configuração política, social, econômica e linguística que visa à expansão de territórios dos países conquistadores e pela necessidade de alargamento de fronteiras para além-mar. Avanço que traz implícita a necessidade de equilíbrio de forças entre as duas potências conquistadoras da época.

Constroem-se, pois, os discursos do Outro, do colonizador sobre o colonizado e na tensão entre descobrir/encobrir, marcada pelas formas de administração que se concretizam pelo discurso do conhecimento. Neste ponto, é fundamental a compreensão do estabelecimento e da circulação da correspondência produzida entre os homens que personificam o poder de mando na colônia e na metrópole, conforme

---

<sup>2</sup> Ver História de Cáceres: administração municipal, de Natalino Ferreira Mendes, 1970.

<sup>3</sup> BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>4</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

será visto no capítulo I.

Optamos por constituir como objeto o discurso sobre a fronteira de Mato Grosso por dois motivos: a) Como a fixação da fronteira do Brasil passou por vários processos de delimitação, que remontam ao Tratado de Tordesilhas, questionava-me por que os “tratos” entre as duas nações conquistadoras do século XVIII não eram respeitados. O fato, também, de termos assentado, no centro da praça principal de Cáceres, um dos únicos símbolos ainda existentes desses acordos, o Marco do Jauru, concebido para ser colocado nas *partes mais notáveis* da fronteira, aumentava a minha curiosidade; b) Interessava-me discutir, ainda, as construções discursivas da relação entre os poderes constituídos no processo de colonização, num momento histórico da representação jurídico-administrativa entre esses dois pontos, cuja construção ideológica assegurou a manutenção da hegemonia ibérica na América. Tais motivos implicavam em des-vendar os relatos oficiais dos administradores coloniais no espaço de sentido de Mato Grosso, surgido em condições de produção de uma relação colonial.

O espaço geográfico passa a significar para o Brasil, à época da sua descoberta, pelos efeitos de sentidos gerados pelos relatos oficiais, que vêm à tona pelos gestos de leitura do arquivo que serão vistos na perspectiva de Michel Pêcheux<sup>5</sup>, na relação entre a língua e a história. Atestam sobre a terra, sobre a gente que nela vive, e traçam o movimento da comunicação entre a Colônia e a Metrópole. São, portanto, possibilidades de se encontrar discursividades nas relações de produção e de poder na América Portuguesa.

As Cartas de Rolim e de Albuquerque estão relacionadas às Instruções e são vistas como relatórios. Têm cunho oficial, mas são também narrativas e descrições detalhadas dos fatos observados que norteiam as ações engendradas na metrópole. Não é só dar notícias. É oficializar a conquista. É a memória do dizer se construindo nas/pelas Cartas. Uma mobilidade constituída pelo movimento terra/água e dizer/ver, que provoca um funcionamento discursivo de ambiguidade

---

<sup>5</sup> PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: *Gestos de leitura da história no discurso*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.

de sentidos na relação do discurso com o interdiscurso.

As Instruções, por sua vez, se configuram como o instrumento legal da conquista. Disciplinam a matéria encaminhada à Colônia, impondo o movimento de sentidos produzidos sobre a fronteira. Servem de base à textualidade dos relatórios/cartas que, como será mostrado no decorrer deste estudo, constituem o resultado daquilo que vem prescrito nelas (Instruções). Desta forma, matéria jurídica com efeito de ser origem do dizer e uma conseqüente forma de predomínio do poder.

A direção assumida por essa correspondência produz efeitos no jogo das representações que fundam o discurso da fronteira, ao mesmo tempo em que dá visibilidade a uma região e a um território. Assim, pode ser vista como discurso passível de outras leituras, e não só a que o situa como documento/monumento da história, mas na ótica de como a discursividade vai constituindo sentidos que constroem países, regiões e fronteiras. Faz, assim, a nossa história com as suas (deles) letras, num abrangente processo de apropriação.

O discurso político e jurídico-administrativo da Colônia em relação à Metrópole apresenta-se, na superfície discursiva, como um discurso da relação de poder entre o governante da corte, que traça as diretrizes institucionais da administração nos trópicos, e o administrador, a quem é dado o direito de representar, na colônia, o poder central. Formulação que, no efeito do interdiscurso, administra/silencia outros dizeres e sentidos nos espaços de leitura.

O que se propõe, portanto, é examinar o discurso produzido pelos administradores coloniais nos limites móveis das formações discursivas, em sua constante relação com a exterioridade que repercute nesta obra por causa dos limites nas fronteiras territoriais, que são fronteiras na relação com as formações discursivas, quando se pensa em discurso.

Esse quadro suscita alguns questionamentos que dão norte à investigação: a) Os sentidos produzidos pelas correspondências entre Metrópole e Colônia constituíram os limites do Estado? b) Se as correspondências não asseguravam o respeito à fronteira, que mecanismos foram utilizados para configurar/desenhar o traçado oficial

do país? c) Seriam os processos de nomeação responsáveis pela fixação da fronteira?

Tais questões se colocam frente à posição teórica da Análise de Discurso (AD), “disciplina de entremeio”, como assegura Michel Pêcheux<sup>6</sup>, em estudos surgidos na França nos anos 1960, e redefinidos por Eni Orlandi<sup>7</sup>, no Brasil, cujo objeto específico é o discurso tomado como prática social.

Seu quadro epistemológico encontra-se articulado em três vertentes que, conforme Pêcheux e Fuchs<sup>8</sup>, são: a) A do materialismo histórico que dá lugar às teorias da ideologia, das formações sociais e suas transformações; b) A da linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo<sup>9</sup>; c) A da teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Nesse corpo teórico a AD se instaura, operando sobre o discurso enquanto objeto heterogêneo.

Essa relação constitui o ponto crucial do trabalho de leitura de arquivo, na perspectiva de Pêcheux, e aqui entendida amplamente como campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão. Os sentidos que surgem dessas relações estão sujeitos a deslocamentos, constituindo o espaço polêmico das maneiras de ler. Portanto, uma relação de trabalho do arquivo com ele mesmo, a memória em perpétuo confronto com ela mesma, como ratifica Pêcheux<sup>10</sup>. Pontos que constituem a base da nossa reflexão.

Embora a distância cronológica pareça nos afastar muito do tema, ele se faz presente num momento em que aparecem discursos das igualdades e diferenças de um mundo globalizado, quando as fronteiras entre a natureza e os homens são fartamente discutidas, fazendo entender

---

<sup>6</sup> Op. cit.

<sup>7</sup> ORLANDI, Eni. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996a.

<sup>8</sup> PÊCHEUX & FUCHS. A propósito da AAD: atualização e perspectiva. In: *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

<sup>9</sup> A expressão “ao mesmo tempo”, de Michel Pêcheux, permite perceber o lugar da ilusão do sujeito ser a origem daquilo que ele diz.

<sup>10</sup> Op. cit.

que se fazem necessárias a partir da constatação de uma abordagem pelo imaginário e pelo simbólico. É, portanto, uma reflexão e análise de discursos que nos constituem historicamente, possibilitam compreender o presente de outro modo e detectam novas formas de cultura colonial, que insistimos em não reconhecer.

Para organizar as buscas, atendendo ao objetivo proposto, dividimos obra em três seções. Na primeira, são traçadas as linhas do movimento expansionista que criou núcleos de povoamento no espaço de sentidos onde hoje se assenta o Estado de Mato Grosso considerado, à época, como sustentáculo e porta de entrada da fronteira mais conflituosa do país.

Nesse contexto sócio-histórico, Rolim e Albuquerque, investidos do poder de fixar fronteiras em nome do rei, despontam como duas personalidades-chaves na consecução dos objetivos imperiais de conquista, consolidação e ocupação dos espaços, cujos fins estão afinados neste princípio da Instrução:

deveis não só defender as terras que os meus vassallos tiverem descoberto e ocupado, e impedir que os espanhóis se não adiantem para a nossa parte; mas promover os descobrimentos e apossar-vos do que puderdes. (grifo nosso).

Esse princípio norteador dos direitos e deveres dos Capitães-Generais na Colônia pode ser visto como a máxima de toda a Instrução. Propõe, ao mesmo tempo, a defesa e o avanço, e o seu teor só era conhecido após a posse dos administradores. Assim, deslocam-se o sujeito e os sentidos, impondo a medida disciplinar para uma empresa de colonização de grande poder e lugar da ideologia materializada na história, que se faz pela textualização do político no gesto de interpretação. O importante é somar a maior amplitude de terras “permitidas”, que serão anexadas ao domínio de Sua Majestade.

A segunda seção traz a análise das Cartas, que são discursos produzidos pelos administradores coloniais, no caso, Rolim e Albuquerque, na relação com as Instruções emanadas da Corte,



demonstrando os caminhos dos sentidos percorridos por essa correspondência para configurar o atual traçado da fronteira.

Tais processos discursivos das Cartas e Instruções, seu modo de constituição e funcionamento, interessa-nos pelos processos específicos de significação da passagem de um sentido geográfico (região) para um sentido jurídico (espaço colonial) e no que se convencionou chamar de fronteira vista como lugar de interpretação.

Desfeita a ilusão da transparência da linguagem, as Cartas e Instruções estão focalizadas nas diferentes posições de sujeito que se apresentam em diferentes lugares de significação, mas participando de uma mesma formação discursiva, o que faz com que os processos de nomeação das vilas, dos rios, das fortificações, que são reconhecidos debaixo das significações portuguesas deem o retoque para assinar a escritura de posse e encobrir com cal e homens um mundo que, por si só, já estava prenhe dos próprios significados.

E por último, interpreto os sentidos de Instrução e de Fronteira, perscrutando a noção de (i)legalidade e de (des)respeito ao cumprimento dos preceitos ditados pela MetrÓpole, mediando a relação do político com o jurídico-administrativo materializado num lugar específico de poder.

Nessa abordagem, o presente estudo, que ora sai em forma de livro não tem a pretensão de esgotar, mas oferecer contribuição para a compreensão de uma determinada discursividade pela leitura do arquivo documental sobre Mato Grosso, em particular a “região” do Alto Guaporé-Jauru, no período de constituição da cartografia oficial que configurou o Brasil de hoje. Consideramos, assim, a historicidade inscrita no linguístico e o interdiscurso que o permeia e o torna compreensível.

Tomamos, finalmente, as palavras de Eni Orlandi<sup>11</sup> para me colocar frente às incertezas desta obra: sentidos que chegam com a mesma incerteza do viajante que acaba por dizer, sobretudo, o que não sabe sobre aquilo que, desconhecido, veio a conhecer. E que está sempre mais além. Como está sempre mais além o sentido profundo do que imaginamos ser o que chamamos Brasil.

---

<sup>11</sup> Cf. *Terra à vista*: discurso do confronto velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

## O MOVIMENTO DA CONQUISTA

Ó glória de mandar, ó vã cobiça  
Desta vaidade a quem chamamos fama!

Camões. *Os Lusíadas*: IV, 95.

O mar da história é agitado.  
As ameaças e as guerras haveremos de atravessá-las,  
Rompendo-as ao meio, cortando-as  
Como uma quilha corta as ondas  
[...]

Meu coração tropical está coberto de névoas e mar.

João Bosco/Aldir Blanc. *Corsário*.

No que se refere às condições de produção mais específicas, a história do Brasil significou, num primeiro momento, a conquista do novo sem fronteiras (séculos XV e XVI). Depois, através de um projeto administrativo mais profundo, no século XVIII, a apropriação com preocupações de limites e fronteiras. Do ponto de vista discursivo, podemos dizer que é o início da construção de outra relação em que Portugal passa a ressignificar o Brasil.

Com que marcas vão se construir esses novos espaços?

O Novo Mundo, ao mesmo tempo em que se impõe como um acontecimento, uma novidade, uma atualidade, vai se formar com os resquícios da velha civilização que, a partir do movimento das conquistas, busca novas fontes econômicas. Paradoxalmente, as descobertas trarão a decadência para as nações peninsulares, como analisa Antero de Quental. Discursando no Cassino Lisbonense, quando da implantação da estética realista, o escritor português desenvolve a ideia de que as conquistas foram um dos maiores males e de consequências mais funestas para os ibéricos. Tirou o povo da produção, que tornava os países mais

exportadores, fabricantes de matéria-prima para o seu próprio sustento e o transformou em aventureiros dos mares. Atraída pelas riquezas acumuladas nos grandes centros, “a população rural afflue para ali, abandona os campos e vem aumentar nas capitais o contingente da miséria, da domesticidade ou do vício”. (QUENTAL, 1942, p.133).

Teremos, então, um movimento humano pautado pelo desejo de dominação, pela cobiça e pela necessidade de “dilatar a fé e o império”, quando não há mais de onde tirar e para quem vender. O ideário de industrialização já se faz sentir pelas migrações que constroem o novo cenário e as novas formas de conhecimento.

Oliveira Martins (1909), nessa mesma linha de pensamento, escreve que, com o decorrer do tempo, o ouro leva as duas nações a abandonarem os interesses europeus, entregando-se ambas quase que exclusivamente ao ofício de explorar as suas possessões ultramarinas.

E já não estariam ambas decadentes quando se *jogaram* ao mar?

Os questionamentos sobre a nação, que plasmou o povo brasileiro, surgem como ponto nodal para a leitura do arquivo, que dá a conhecer os caminhos percorridos pelas nações ibéricas rumo às conquistas em novos mundos, inaugurando gestos<sup>12</sup> que, na visão de Pêcheux (1994), reorganizam o trabalho intelectual na relação da sociedade com a sua própria memória histórica.

De navegadores costeiros, vocação voltada para a pesca de subsistência, os portugueses utilizam a navegação de modo a torná-la transoceânica. Passagem que pode significar a busca de autonomia de produção, marcada por um imaginário já construído. O indício disso encontramos nos relatos que circularam na Europa desde o descobrimento da nova terra. São marcas de um discurso que Sússekind (1990) trata como “imagens prévias”, que subsidiam o discurso do viajante, cristalizando a visão do estrangeiro sobre o Brasil.

Lenine Póvoas (1995) diz da península que se projeta sobre o Atlântico, caracterizando o povo que se fez conquistador dos

---

<sup>12</sup> ‘Gesto’ para Pêcheux (1994) é ato no nível simbólico (‘jogar bomba’, ‘assobiar’...) e relativo à leitura de arquivo. Orlandi expande essa noção reservada a certo domínio para o nível simbólico em geral através da noção de interpretação.

mares, numa situação em que as condições geográficas de um país ou de uma região determinam os rumos de sua história. Determinação, eu diria, que não se dá pelo viés filosófico, mas pela visão da geografia como “prática social”. Uma história de estratégias políticas quando governar significava se colocar a serviço do rei.

Desta forma, as condições geográficas, políticas e religiosas podem ser tomadas na perspectiva de manutenção da hegemonia do poder e do ideário vigente. O lugar visto como mecanismo da relação de poder, a geografia como “genealogia do espaço”, como interpreta Antonio Carlos Robert Moraes (1987), caracteriza o país, atesta a sua existência, as suas fronteiras, os seus movimentos, criando condições de governabilidade.

Essa mesma arte de navegar, iniciada no século XVI, passando à ciência náutica no início do XIX, imprime transformações nas conjunturas política, econômica e social dos países conquistadores. Nesse sentido, as posições são deslocadas à medida que a mudança de lugar transforma os efeitos de sentidos.

O maravilhoso e o fantástico dos primeiros relatos cedem espaço para o que Pierre Nora (1984) denomina de novos “lugares de memória”, que são objetos de uma história possível. É ainda esse mesmo autor que vê nesses lugares o despertar de uma “consciência historiográfica”, mais precisamente, a do desenvolvimento nacional, conforme pretendo ler no material de análise.

Conhecer que a supremacia lusitana traz a noção de metrópole e a colônia é o lugar outro de fortalecimento e irradiação desse poder que domina e explora, pode ser um veio para se conceber a construção dos limites ocidentais do Brasil, na época colonial.

Dessa forma, não há como não se ver certo enfraquecimento dessa força irradiadora de centro que, na ótica de Oliveira Martins (1909), traz consequências deletérias<sup>13</sup> inexoráveis para as duas potências. O que

---

<sup>13</sup>Alguns danos causados à Europa pela descoberta do Novo Mundo: reaparecimento da escravidão, constituição de uma aristocracia do dinheiro e conseqüente impossibilidade do desenvolvimento normal das classes, paralisação da história, formação de novas bases de apoio para a monarquia – “o trono outr’ora de ferro, torna-se de ouro [...]” (MARTINS, 1909, p. 300-311).

significa dizer, um acontecimento discursivo com des-locamentos dos limites, das fronteiras e da corte, consolidados a partir do século XIX, quando as relações entre os continentes transformam e re-organizam o mundo.

O fluxo dos metais das colônias imprime o caráter da necessidade de expansão e marca a força de um governo que promove a civilização em terras distantes, intensificando-se o controle absoluto da circulação de pessoas e de mercadorias.

Instala-se outra tradição de sentido que, no dizer de Eni Orlandi (1993a), o caracteriza como fundador, já que cria uma nova tradição, ressignifica o que veio antes e institui uma memória outra. Desta forma, os discursos a serem analisados serão vistos como fundadores do Estado de Mato Grosso.

A colônia, que passa a funcionar diferente, se estabelece como ponto de apoio para o desenvolvimento dos novos processos ideológicos, o que é revigorado pelo emergente sistema mercantilista que assegura aos países conquistadores a necessidade de expansão. Urge entrar no mundo do sistema de economia colonial e civilizar o Brasil por um projeto administrativo adequado, que dá a conhecer ao soberano a realidade existente, formando a maquete sobre a qual se debruçam para ordenar as conquistas e garantir a posse delas.

Para consecutar esses objetivos, imprime-se uma política de povoamento, incentivada pelos privilégios da Corte e pelas imagens pré-construídas no imaginário do povo, atestada pelos relatos: “porém o que faz a riqueza do país e que serve de grilhões aos homens são as boas minas de ouro que tem, e de subido quilate”. (LACERDA e ALMEIDA, 1944, p. 63). A partir desse chamado quase que visceral, vai se plasmando o espírito mutante e os traços característicos da figura do conquistador.

E quem são esses homens/ governantes que adentram os sertões brutos?

Atraídos pela “sedução do outro” (AMADO, 1997), são os que assumem o papel de serem úteis aos interesses do império português, ao mesmo tempo que são levados por um ideal de notoriedade e enriquecimento rápido. Facilitam a conquista pelas informações sobre

os costumes, a geografia, forma de organização dos povos, etc., visando não só à construção, posse de terras e primeiras medidas administrativas, mas também à consolidação de um sistema comercial e colonial.

João Antônio Neto (1982), apoiando-se em Almir de Andrade, diz que tivemos, no período inicial da história do Brasil, cinco tipos de observadores sociais que, no caso específico deste livro, podem ser vistos como os re-elaboradores dos efeitos de sentidos que correspondem ao fazer na colônia. O informante, empenhado em manter a Coroa Portuguesa em dia com os acontecimentos; o missionário, visando a fins religiosos e de catequese; o aventureiro, que enfrentava os perigos da terra à procura de sensações novas; o narrador, voltado para os interesses da terra e o naturalista, dedicado aos estudos científicos da natureza. (Idem, grifo nosso).

Vemos essa caracterização como prática social da época. Em maior ou menor grau de adaptação ou submissão à Metrópole, constitui traços de discursividade que configuram o imaginário da terra, pelo muito de ficção e exotismo/barbárie dos primeiros relatos e/ou de cientificidade e oficialidade dos últimos.

Podemos ler, em Janaína Amado (1997), a caracterização desses observadores como “intermediários” de um processo de aproximação de dois mundos. São usados para a política de informação da Coroa, que podia ser de prestação de contas, de espionagem, de cartografia ou de relatos de viagem.

Enfim, os artífices do nascimento do Brasil, com posições marcadas e objetivos previamente fixados. Estão a serviço do rei, o que constitui indício para se verificar a posição-sujeito, isto é, o lugar de significação historicamente constituído. Os argumentos aparecem determinados pelo jogo possível da relação entre o real e a realidade<sup>14</sup>, que gera o efeito discursivo regido pelo imaginário, o que lhe dá uma direção ideológica, uma ancoragem política, como fala Eni Orlandi (1999).

---

<sup>14</sup> O real produz efeito pelas determinações históricas que constituem as condições de produção materiais; a realidade é a relação imaginária dos sujeitos com essas determinações (ORLANDI, 1996a).

Em qualquer dos casos, são figuras significativas da nossa proto-história e contam sobre o nascimento de uma nação. Con-formam os limites do que vai ser o Brasil a partir dos seus curiosos<sup>15</sup> relatos.

Como isso pode-se dar no discurso que tomamos como fundadores da identidade mato-grossense, ao traçar fronteiras e especificar territórios?

Esta classificação histórica, embora não se constitua em nosso objeto de análise, julgamos importante trazê-la neste momento em que tentamos caracterizar os viajantes/conquistadores através da diversidade de textos oficiais que significam no processo de formação da região.

Pensamos que do simples informante ao naturalista/cientista, há um percurso discursivo que traça o movimento da conquista pela prática social do registro que cria nossos arquivos. Nisso se percebe o espaço de uma fase de atração, que configura a imagem da terra com a imersão numa outra cultura, para uma fase de construção do conhecimento dessa mesma cultura, definindo a hierarquia entre sujeitos do reino e habitantes da colônia.

## O *Corpus*: Viagens e Instruções

As palavras invadem esse ermo como ervas.  
Todas as coisas passam a ter desígnios...  
E vozes de rios e rãs em suas bocas.  
Águas manuseiam seus azuis. E, viver  
roça no corpo deles.

Manoel de Barros. *O guardador de águas*.

Dada a característica do material de análise deste estudo, haveremos de nos deparar com textos que podem ser considerados entre os do narrador-viajante e os do naturalista. Por serem oficiais,

---

<sup>15</sup> A curiosidade dos relatos está no fato de eles serem tecidos discursivos sobre o Brasil, construindo e traçando diferentes “gestos de interpretação” (ORLANDI, 1996a) no movimento da conquista e constituindo acervos que administram os “gestos de leitura” (PÊCHEUX, 1994) de/para nossa história.

escritos por administradores da mais estreita confiança do reino, vão se revestir de uma determinada prática política para gerenciar, à distância, os interesses do povo conquistador. São constituidores de uma relação jurídico-administrativa que vai definir o Estado de Mato Grosso.

Procuramos atingir a historicidade desses textos. Seu modo de constituição e funcionamento apreendidos a partir da análise dos processos discursivos em suas múltiplas direções. O fio condutor dessa reflexão é o discurso oficial do século XVIII. De um lado, as Cartas de D. Antônio Rolim de Moura e D. Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, respectivamente primeiro e quarto capitães-generais da Província de Mato Grosso. Por outro, as Instruções da Corte de D. João I e da Rainha Dona Maria I à época dos programas de delimitação da maior fronteira territorial do país, compreendendo os rios Guaporé e Paraguai, na faixa ocidental do Brasil.

Esse material faz parte de obras já elaboradas. As cartas de Rolim são manuscritos compilados, transcritos e indexados pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional da Universidade Federal de Mato Grosso. As de Albuquerque compõem a obra *Uma Contribuição para a Sociologia da Biografia*, de Gilberto Freyre (1978), com documentos colhidos na Casa da Insua, da família do administrador. Veio à luz por ocasião das comemorações do bicentenário das cidades de Cáceres e Corumbá, fundadas pelo luso brasileiro como baluartes da segurança na fronteira ao longo do rio Paraguai.

Fazer análise desse discurso oficial sobre fronteira é uma tentativa de compreender os processos de produção dos sentidos de um tempo e de um lugar, pela memória e por um arquivo passível de outras leituras. Afastados os efeitos de evidência, procuramos reconfigurar esse passado e os sentidos que ocorrem na sua pluralidade e/ou imutabilidade.

Abordaremos as sequências discursivas das Cartas de Rolim e de Albuquerque naquilo em que elas me parecem ser mais significativas para os propósitos deste estudo: a sua relação com as Instruções, enquanto origem e instrumento legal de todos os dizeres produzidos na colônia. Pretendemos trazer para a discussão as marcas desse



discurso para construir o arcabouço teórico da Análise de Discurso, que nos compromete com os sentidos, sujeitando-nos à linguagem, a seus equívocos e a sua opacidade.

Colocando-nos frente a esse discurso que se produziu sobre Mato Grosso, interessa-nos, também, a construção do que se convencionou chamar de fronteira, os processos específicos de significação e a passagem de região alagada e indemarcável para Estado.

Desta forma, procuramos caracterizar um tipo singular de viajante: aqueles que, formados dentro de princípios militares, tratam exclusivamente dos interesses da Corte<sup>16</sup>. Colocam-se para além dos aventureiros do início da colonização. Revestem-se, por ato legal de nomeação, para um papel determinado. São feitos administradores coloniais a serviço do rei e, ao mesmo tempo, exercem o papel de cientistas, participando diretamente das observações, mapeamentos e estudos minuciosos. Constituem figuras representativas da Corte. Relatam o cotidiano da colônia, imprimindo nesse discurso o necessário grau de oficialidade, garantindo não só o seu funcionamento como o de toda uma estratégia política de administração.

O resultado dessas anotações constitui o discurso oficial da relação entre os dois poderes: o central, de onde emanam as ordens reais, e o regional, que tem nos capitães-generais a representação máxima do sistema centralizador. Desta forma, a relação de poder subjacente à ação política, é constitutiva do efeito que faz esse discurso funcionar.

Vistos desta forma, os documentos que tomamos como escopo de análise, condensam o sentido do seu próprio tempo. O século XVIII se inscreve na passagem do maravilhamento dos primeiros observadores (informantes e aventureiros), para o registro da atestação do real (naturalistas), quando não cabem mais as fantasias e as lendas. Passagem do imaginário fantástico para o imaginário científico (ORLANDI, 1990), derivado de diferentes relações de interlocução. É o período da explicitação e da descrição e atestação dos limites das terras conquistadas,

---

<sup>16</sup> Os traços biográficos de Rolim (MOURA, 1982) e de Albuquerque (FREITAS BARROS, 1952, e FREYRE, 1978), nos dão a conhecê-los como figuras de excepcional formação cultural e militar. Luiz de Albuquerque, por exemplo, descende de 'soldados afamados'.

balizado pelos ambiciosos objetivos comerciais e coloniais da metrópole.

## Uma Região, Uma Fronteira

No pantanal ninguém pode passar régua. Sobremuito quando chove. A régua é existidura de limite. E o pantanal não tem limites.

Manoel de Barros. *Livro de Pré-coisas*.

Na visão de alguns pesquisadores que refletem sobre a colonização/ construção do Brasil, os povos peninsulares já haviam iniciado o seu processo de decadência quando aqui aportaram.

Paulo Prado (1972), escrevendo sobre o singular fenômeno da formação do homem do planalto piratiningano, diz que a região cercada pela Serra do Mar impediu a penetração da raça descobridora, viciada e já corrompida. O caminho do mar, como era conhecido, facilitou o desenvolvimento de uma raça de têmpera dura e aspecto agreste de Goiás e Mato Grosso.

Como São Paulo não permaneceu isolado o tempo todo, os caminhos abertos que puseram fim ao isolamento, causaram o êxodo da população para o interior, atraídos não só pelos sonhados Eldorados, mas pelas necessidades de manutenção e alargamento do poder. É a fase do bandeirantismo<sup>17</sup> paulista de preação de índios e cata do ouro que configurou o interior do Brasil e fez surgir Mato Grosso.

Assim, desfaz-se a fronteira entre os povos e a separação entre os continentes. Acontece com os paulistas o correspondente aos povos ibéricos. Estes, inicialmente isolados no trabalho para dentro dos seus próprios limites, lançam-se para as conquistas. Pelo mar chegam à América. Os paulistas, pelos rios, em expedições monçoeriras que provisionavam os núcleos de povoamento e catavam o ouro de

---

<sup>17</sup> Cf. Barros (1992), que discute a construção da figura do bandeirante nos livros didáticos sob a perspectiva da Semiótica da narrativa e do discurso.

aluvião<sup>18</sup>, chegam ao interior, empurrando a linha limítrofe e alargando as fronteiras. Mato Grosso se faz importante porque significa a entrada no Tratado de Tordesilhas, colocando-se para além do legalizado.

Por isso, não se estabelece um grupo social marcado por sua própria existência, mas, ao contrário, é constituído pelo movimento que deixa espaços vazios de si, construindo uma sociedade e delimitando a fronteira, pois, durante o período de mineração, o que se assistiu foi a um cenário de fome, pobreza e miséria (SIQUEIRA, 1990), que gera o mito do espaço vazio, ainda hoje visível no Estado.

Assolados pelas dificuldades, o fluxo migratório não se arrefece. Os caminhos fluviais das monções<sup>19</sup> foram constantemente modificados para facilitar a entrada das novas expedições e, principalmente, caracterizar o movimento do ir e vir que marca o nascimento da região. Manter a atualização das rotas é imperativo do acompanhamento do fluxo não só de gente, mas principalmente, das águas. Portanto, limites móveis, que afetam a demarcação e a produção discursiva.

Também dá grande descômodo àqueles moradores (de Vila Bela) a dificuldade da comunicação com esta Vila (Cuiabá) porque o caminho que até agora houve no tempo das águas se alaga de modo que fica de todo impraticável e ainda nas secas tem bastante dificuldade. Querendo remediar a isso encarreguei a um sertanista de bom nome me abrisse outro por me afirmar ser possível que fosse livre dos incômodos do antigo [...]. (Carta de Rolim à Corte Real. Cuiabá, 8/8/1751, grifo nosso).

A relação terra/água(s) e a abertura de caminhos são fortes e têm uma importância simbólica no processo de ocupação. Pela fixação dos limites e pela necessidade de comunicação se faz a possibilidade mesma da existência. A dificuldade gera e impele o movimento da conquista e da investidura dos limites que se impõem, apagando a noção de que

<sup>18</sup> Tipo de ouro encontrado na região de Cuiabá, de fácil extração e esvaziamento rápido. Caracterizou a fundação dos núcleos populacionais.

<sup>19</sup> Expedições fluviais em pequenas embarcações que atravessavam regiões de difícil acesso, facilitando o avanço das conquistas. O sentido do termo alude à comunicação e ao movimento dos ventos.

existiam determinações específicas das configurações dos espaços. O discurso do administrador dilui a norma, afetado pelas condições móveis em que é produzido.

Entre Vila Bela (a primeira capital) e Cuiabá (primeiro núcleo de povoamento), os caminhos se inscrevem na sua aspereza durante a maior parte do tempo. Somente a força do documento oficial pôde fazer com que Rolim de Moura se aproximasse o mais possível do rio Guaporé, assegurando as ligações fluviais pelo Amazonas: “Também não foi escolhido o lugar para a Vila (Vila Bela) pela forma que a dita ordem prescreve, porque V.M. na minha Instrução deixa essa escolha ao meu arbítrio [...]”. (Carta de Rolim de Moura à Corte Real. Vila Bela, 28/5/1752, grifo nosso).

Ocorre que o ato não é espontâneo. Os locais eram escolhidos por uma razão estratégica ou geopolítica que não vinha a público pelo grau de segredo com que era revestida. Eram planos e estratégias de ocupação de territórios para os quais eram necessários homens afeitos a esses propósitos, com formação específica para a tarefa de cumprir as reais determinações.

Barbosa de Sá<sup>20</sup> (1975), relatando sobre as condições climáticas de Vila Bela, o ponto mais extremo da fronteira e, por isso, mais sujeita a entradas dos espanhóis, critica o local escolhido por Rolim como “hum charco moradia de jacarés e capivaras” (p. 12). Forma-se um determinado contorno do imaginário que passa a funcionar como elemento constitutivo na relação do poder local com o poder central, à qual só interessavam os resultados imediatos.

O uso do arbítrio concedido pela Instrução a Rolim faz com que, por razões de segurança na fronteira, opte pelo local que considerou mais adequado aos interesses do reino. Isso traz o funcionamento da associação real/realidade, que não se dá na relação de igualdade, mas na diferença do olhar do administrador, tomado pelas necessidades do momento. O efeito de sentido resultante é a diluição da dimensão histórica da própria relação colonial.

O encanto do primeiro encontro com a terra desconhecida, dirá

---

<sup>20</sup> Cronista reconhecido como o primeiro mato-grossense contemporâneo dos acontecimentos da colônia.

Paulo Prado (1997), desapareceria aos poucos para ser substituído por uma dura realidade. Isso já dizia Albuquerque em carta ao marquês de Pombal (1774, p. 04): “O ar he geralmente pouco salutarifero [...] muito quente e como abafadiço, infestado de mosquitos [...]”. Uma clara referência às doenças, insetos, ataques dos índios, insalubridade do clima e toda sorte de intempéries a que se sujeitava o colono para atravessar os longos caminhos das expedições oficiais, a maioria de caráter científico, quando os registros passam a atestar o real, dando lugar às anotações dos naturalistas em suas incursões pelo Brasil central.

Na entrada para o interior há vários percursos utilizados pelos conquistadores do período colonial, utilizando-se basicamente dos rios a começar pelo Tietê, em São Paulo, que possui a singularidade de correr para dentro do continente, carregando para o interior a onda de colonização.

Sérgio Buarque de Holanda (1994) descreve o roteiro das primeiras viagens, que se faziam sem ordem e sem época determinada nas alterações do itinerário, de modo a vencer as partes encachoeiradas dos rios. Movimentos que o tempo e a experiência determinavam.

Lenine Póvoas (1995) relata que o grande leque hidrográfico corre todo para o rio Paraguai, o principal desse complexo sistema potamográfico, verdadeira calha que coleta todas essas águas para levá-las ao rio Paraná, que as descarrega no Prata.

Nessa via aquosa vai se construindo o lugar das (im) possibilidades, sinalizadas pelos interesses políticos e de administração. Uma passagem que define uma região ainda indefinida pela vastidão dos rios e sangradouros<sup>21</sup> naturais que dão origem ao pantanal.

Assim, o movimento desses (des)limites geram os aglomerados populacionais às margens dos rios e faz surgir Mato Grosso no discurso do acontecimento da conquista. Esse movimento carrega o sentido da delimitação e da posse, constrói os ‘lugares de memória’ que se estabelecem e se transformam, produzindo os sentidos para Mato Grosso.

---

<sup>21</sup> Sangradouro é uma denominação comum para o movimento das enchentes dos rios que *sangram* para fora do seu leito. Nomeia uma avenida às margens do rio Paraguai, em Cáceres, construindo o espaço de laboração da memória discursiva.

## Rolim e Albuquerque: Fronteiros do Reino

O homem deste lugar é uma  
continuação das águas.

Manoel de Barros. *Livro de Pré-coisas*.

\_ despaizado  
na demarcação da espera  
o homem  
garimpa seu destino.

Silva Freire. Águas de Visitação.

Dois administradores coloniais podem ser considerados como as figuras ‘fronteiriças’ da época: Rolim de Moura, primeiro<sup>22</sup> capitão-general da província, responsável pela fundação estratégica de Vila Bela e Luiz de Albuquerque, quarto na ordem dos governantes coloniais, balizador dos principais pontos de segurança na linha de fronteira, dentre eles Vila Maria do Paraguai (hoje Cáceres).

Buscamos entender, a partir do lugar de mediadores do discurso oficial, a relação de sentidos pela qual o Estado de Mato Grosso vai significar para o Brasil na fase de sua configuração territorial. Assim haveremos de nos deparar com textos que são, conforme José Horta Nunes (1996), provedores de descrições e comentários, textos quase sem fronteiras, misto de narração e documento oficial.

Rolim narra em suas “Relações” e nas Cartas às instituições superiores. Narra para traçar limites e construir outra memória. Albuquerque narra e descreve, em situação oficial, para além do simples traçar limites. Produz o discurso para consolidar, como se nota em: “he certo que a vantagem política de ocuparmos as margens ocidental do rio

---

<sup>22</sup> O ‘dogma’ de primeiro capitão-general é discutido por Paulo Pitaluga Costa e Silva (1998). Seu estudo comprova que Gomes Freire de Andrade, governador da Capitania do Rio de Janeiro, administrou interinamente a Capitania de Mato Grosso entre a sua criação (9/5/1748) e a posse de Rolim de Moura (17/1/1751). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, 1998.

Madeira [...] facilmente poderíamos sustentar a posse della e ocupalla com forças”. (Carta de Albuquerque a Pombal, 1774, grifo nosso).

Essa variedade discursiva pode ser vista como síndrome de uma estrutura vigente na época, relacionada ao acontecimento colonial de avanço e de posses de novas terras. Em outras palavras, sentidos produzidos pelo colonizador que ficam marcados no/pelo discurso.

As Cartas funcionam sobre um efeito de algo que já está construído, ou seja, efeito de pré-construído, baseado no que determina a Instrução, feita em outro lugar, interferindo na ação do sujeito submetido à autoridade soberana.

Uma retórica vista como construção historicamente determinada de formas de discurso, que correspondem à forma de construção do país. As Cartas representam a imagem da terra. São minuciosas, servindo não só de fontes de informação, mas de pontos precisos para os traçados dos mapas, as consequentes estratégias de ocupação.

Podemos dizer que tais textos pretendem não só explicar os fatos do Novo Mundo, dando conta de estabelecer a relação do colonizador com o colonizado, mas dar cunho científico e efetivar atos políticos e administrativos da colônia. Ao relatar, re-interpretam o que está posto. Apropriam-se do já nomeado, criando um novo espaço discursivo que toma o lugar do já existente.

Por esse discurso, que vai se construindo ao longo do tempo, é que entramos na história da constituição da fronteira oeste de Mato Grosso, para compreender os sentidos trazidos pelos acontecimentos e restabelecer os implícitos, os não-ditos, os estereótipos. (NUNES, 1998).

Como fato da história que reclama sentido, os acontecimentos que dão conta da importância estratégica de Mato Grosso atestada nos documentos, dão a conhecer os administradores coloniais como figuras talhadas, pensando aqui em ‘talhe’, porte, que no texto oficial aparece como de profunda erudição e perfeição de espírito.

Virgílio Correa Filho (1959), historiando sobre a formação do Mato Grosso colonial, escreve que os capitães-generais eram individualidades que sabiam atuar com descortino e exemplar dedicação, conforme as conjunturas, que raramente poderiam aguardar as difíceis

comunicações com Lisboa, pois acostumados com as estreitezas dos domínios portugueses se sentiam ‘esmagados’ pela capitania tão vasta, tão inculta.

Assim, o administrador local representa a extensão da voz do centro polarizador das ações. Ao funcionar como substituto da palavra do rei, representado nele, institui-se, discursivamente, como espaço do diferente, afetado por outra ordem do real. De modo ambíguo, ao ser nomeado para o cargo, passa a falar em nome do rei ao mesmo tempo em que é o vassalo leal, com poderes limitados pela Instrução e pela própria formação. Explica-se assim que, no discurso político, a fala do representante se caracteriza por uma retórica de apropriação: o sujeito se transforma naquele do qual ele ocupa o lugar, dadas suas condições que o legitimam. (ORLANDI, 1987).

Podemos ver, pelos recortes discursivos, que a fala do administrador é determinada pelo efeito de pré-construído do discurso jurídico:

Fareis frequentar, quanto possível a navegação e a pesca do rio Guaporé, para que não torne vigor com a negligência de nossa parte, pretensão em que tem entrado os espanhóis de assenhorear-se eles [...] deveis ter cuidado em que não se abandone por isso o trânsito de canoas que ao presente se pratica do Cuiabá para são Paulo, pois por muitas e importantes regiões convém conservar-se frequentado pelos meus vassallos aquele sertão. (Instrução da Rainha para Rolim de Moura, grifo nosso).

O esforço de manter o movimento na fronteira é ‘conveniente’ para enfraquecer o outro lado confinante. De certa forma parece ser o que funciona como estratégia. Ao governador cabe assegurar a frequência dos atos (navegação, pesca, trânsito de canoas...) para caracterizar esse movimento. Significa dizer que sobre os seus ombros recai o encargo (obrigação) de cumprir tais determinações, frutos de cláusulas tácitas dos acordos no espaço do jurídico.

Tal funcionamento se presentifica no movimento de apropriação



dos espaços. Nas povoações que surgem, o cuidado está no armamento dos homens para ‘conter’ o avanço do outro ‘com vigor’, procurando que andem quanto possível exercitados e disciplinados. A ordem é o método de manutenção do poder. Os locais se transformam pelas construções das fortalezas de defesa (Príncipe de Beira, no Guaporé), pelos presídios (Miranda e Nova Coimbra, na parte sul). Estruturas que fixam o lugar e a memória.

Essa condição faz pensar que a constituição da fronteira é, acima de tudo, ato de legalidade política: “Fareis frequentar”, “deveis ter cuidado”, “convém conservar-se frequentado”. É algo a ser respeitado pela eficácia do imaginário. Entretanto, não se respeitaram os ‘tratos’ em todo o processo de manutenção dos limites das posses das terras conquistadas. A questão do (des)respeito estaremos perseguindo em nossa análise a partir das evidências e da trama dos relatos.

Nessa perspectiva, retomamos Foucault (1998), quando diz que o sistema de restrição se presentifica no discurso e determina para os sujeitos que falam ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis pre-estabelecidos. Os administradores, em suas singularidades de homens afeitos ao serviço real,<sup>23</sup> cumprem o que está determinado, embora se verifique nas correspondências sintomas de ação individualizada.

Por isso, Luiz de Albuquerque se destaca, pois levou o exercício da diplomacia em todas as suas extensões, o que lhe valeu as glórias de anexar à cartografia nacional a maior extensão territorial conquistada no período colonial, conforme reza em sua Carta a Pombal: “[...] seria hum prejuizo certo e muito consideravel o estabelecer huma obra semelhante que deve ser de solidez e duração num sitio que inundará completamente nas cheias grandes”. Enunciado que produz um deslizamento do que é prescrito pela Instrução. Conhecer dá, ao administrador, o *status* de também poder legislar, dentro dos limites que lhe é preceituado.

É ainda com as ideias de Foucault (1998) que dizemos que o

---

<sup>23</sup> A formação dos capitães-generais nos é dada conhecer pela carta-instrução de 13/8/1771, que Melo e Castro encaminha a Albuquerque: *as luzes que V.S. adquiriu na Praça de Almeida, lhe servirão de grande socorro para distinguir os bons dos máos castelhanos.* (VIRGILIO CORREA FILHO, 1926).

limite da produção discursiva é determinado pela própria sociedade que controla, seleciona, organiza e redistribui os procedimentos, que são grupos de procedimentos de controle e delimitação do discurso, cuja maior evidência é a interdição ao que se diz: Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa.

Neste caso, vemos que o discurso jurídico pode ser considerado um dos casos de interdição. Nos relatos oficiais que circularam no Mato Grosso colonial, cria-se um espaço fechado entre dois pontos geograficamente distantes.

Entre as Instruções emanadas da Corte para a colônia e as Cartas (narradas e descritas) dos administradores e cientistas não há contraste, mas gestos de reconhecimento e necessidade de unificação consecutados por Rolim e Albuquerque. Ambos realizam o dizer do rei, mas com deslize, fato que garante a criação e a manutenção do seu próprio poder como soberano na colônia.

Desta forma, podemos vê-los como figuras representativas do lugar específico do processo de domesticação na relação do político com o jurídico, mediando o sentido da fronteira.

Pelos textos dados a conhecer compreende-se a importância que Portugal dava à fronteira pelo rio Guaporé, referida neles como chave e propugnáculo do sertão do Brasil. Institui a relação administrativa da Corte com o ponto mais longínquo. Extremos que se tocam por interesses determinados: lugar onde conhecimento e discurso se juntam a serviço do Estado.

Estar na fronteira não é só estar nos limites geopolíticos de uma região. Faz surgir uma nova figura: a do administrador colonial que desloca sua ação para a de soberano. O seu dizer passa pela sua experiência e sobre os fatos que reclamam sentidos. Estes, afetados pelo real da colônia, derivam para outros lugares. Daí termos o administrador sujeito ao juridicamente determinado pela Instrução, que produz o efeito de sustentação mútua dos discursos produzidos na colônia.

O que se vislumbra é uma posição-sujeito que, embora pareça se transformar, se adapta ao cumprimento dos objetivos propostos pelo

poder central, ponto nodal da nossa questão, que estaremos retomando no próximo capítulo.

## O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO OFICIAL DO SÉCULO XVIII

Navegadores portugueses tinham uma frase gloriosa  
Navegar é preciso, viver não é preciso.

Fernando Pessoa. *Palavras de Pórtico*.

Há um rumor de útero que muito me repercute  
nestes brejos.  
Aqui o silêncio rende. Assim na pe-  
dra como nas águas.  
Decretadamente senhores.

Manoel de Barros. *Livro de pré-coisas*.

Os sentidos dominantes do Setecentos são os de progresso e de liberdade coletiva do povo, visando à atividade mercantil e ao alargamento do poder em outras terras.

Adotado pelas monarquias absolutas como sistema de reforma do Estado, o Iluminismo fortalece o poder real, tornando-o mais eficiente pelo uso da razão. A ação na colônia é marcada por esse sentido burguês de conquista sob um modelo de metrópole que garantiu sua continuidade pela necessidade de extensão ultramarina. Novas forças emergem com base num governo forte, absoluto que é irradiado, na colônia, pela transferência do poder central através da figura dos administradores locais.

As crônicas históricas como narrativas do cotidiano das terras conquistadas, relatos e cartas oficiais aparecem como manifestações da memória institucional cristalizada e historicamente determinada.

Por essa constituição do sentido, somos chamados a entrar no simbólico e a estabelecer, de um lado, uma relação com a palavra e de outro, com os 'lugares de memória' constitutivos da ação humana numa fronteira que é definida por rios (Guaporé e Paraguai) que são fontes de

cobiça e de necessidade de manutenção dos povos ibéricos.

A história está na relação de poder e de sentido. Apreendê-la significa se colocar nos espaços das tensões e dos conflitos que se abrem à interpretação.

Como fala Pêcheux (1997), a materialidade específica do discurso é o confronto entre o histórico e o linguístico, que cria um espaço teórico entre esses pontos. Todo enunciado é suscetível de tornar-se outro diferente de si mesmo, desloca-se discursivamente de seu sentido para derivar para um outro. Os documentos não serão, portanto, vistos como fechados em si mesmos, mas constitutivos de temporalidade e de acontecimento para além do cronológico.

Na Análise de Discurso existe uma relação entre a língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história (PÊCHEUX, 1994). Isso pode ser observado, no nosso caso, na análise dos relatórios produzidos em situação de extrema vigília e controle e que vão questionar a constituição do acervo documental sobre a fronteira.

A leitura das Cartas e Instruções do século XVIII nos leva aos questionamentos dos dispositivos discursivos de funcionamento da língua na história, traduzindo a pluralidade dos gestos de leitura possíveis que nos fazem compreender o processo sócio-histórico de ocupação do extremo oeste de Mato Grosso.

Situamo-nos, assim, nos espaços polêmicos das formas de ler e na relação entre linguagem e discursividade, lugar onde se inaugura uma nova percepção do político em sua materialidade linguística e histórica, pois o texto se inscreve numa temporalidade (memória) e se deixa atravessar pelas relações entre diferentes formações discursivas, produzindo diferentes efeitos de sentido.

É ainda Pêcheux (1997) que concebe o enunciado como pontos de deriva, oferecendo lugar a interpretações, espaço onde trabalha a Análise de Discurso. Irrupção de acontecimentos que nem a língua e nem o sentido podem esgotar inteiramente, o que constitui a base para se vislumbrar a abordagem do documento vivo e não a leitura estabilizada, sob a ótica das nossas singularidades e exotismo às vezes atraentes às

vezes marcados pela barbárie. (ORLANDI,1990).

Persequimos alguns caminhos na busca desses sentidos: a) Qual a relação da forma de discurso do sujeito-administrador com a forma de discurso da Instrução? b) Como esse sujeito se marca no funcionamento das cartas e no funcionamento discursivo das Instruções? c) Como o funcionamento discursivo das cartas e das Instruções (do instrumento administrativo e legal) vão constituir/construir/delimitar/fixar a fronteira? Esses questionamentos se ligam a uma formulação mais genérica da minha investigação: Por que se (não) respeitam fronteiras? Questões estas que estaremos perseguindo nos próximos capítulos.

## **O espetáculo político: as condições de produção**

A água passa por uma frase e por mim.  
Macerações de sílabas, inflexões, elipses, refegos.  
A boca desarruma os vocábulos na hora de falar  
E os deixa em lanhos na beira da voz.

Manoel de Barros. *O Guardador de águas.*

A imagem da fronteira produzida historicamente é constitutiva do movimento da conquista, da fortificação e do povoamento dos 'espaços vazios', determinando a relação entre o colonizador e o colonizado, que no século XVIII se projeta em forma de tratados e acordos diplomáticos. Atitude que fixa a priori o sentido do contato e seus resultados.

Os espanhóis ocupam, pelo Pacífico, a região dos Andes e avançam para a área delimitada pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Os portugueses, pelo litoral do Atlântico, caminham em direção ao interior. Forma-se o cenário dos choques constantes pela disputa das terras à época colonial, construindo a trama histórica desse movimento.

Precisar a linha de Tordesilhas gera discussões que perduraram até a sua revogação pelo Tratado de Madri (1750). A questão demarcatória das fronteiras continentais do Brasil constitui um capítulo extremamente rico e polêmico da nossa história, projetado na imagem produzida

pela retórica da autoridade na relação entre colônia e metrópole, cujos resultados são inventariados nos relatos oficiais dos administradores da colônia.

A região ocupada hoje por Mato Grosso permaneceu fora dos interesses da Coroa Portuguesa até a segunda metade do século XVIII. No entanto, a sua sobrevivência se fazia necessária.

Cuiabá era o ponto mais avançado da ocupação portuguesa a oeste. Pelos constantes movimentos dos mineradores em busca de novas jazidas e o iminente avanço espanhol, desloca-se a necessidade de novo povoamento na região do rio Guaporé, avançando em terras de possessão espanhola pelo Tratado de Tordesilhas. Era um mundo novo aberto aos novos sentidos que já estavam sendo construídos pelas constantes levadas de aventureiros.

Os efeitos dessa penetração se dão em 1719, quando é dado a conhecer o primeiro Arraial denominado Forquilha<sup>24</sup>, às margens do rio Coxipó do ouro, região da Chapada, que começa a ter importância para a Coroa portuguesa.

Como diz Siqueira (1990), esse aglomerado humano exigiu uma organização social em bases diversas da fase anterior do bandeirismo nômade de preação de índios, que mudam as relações e as posições. Nesse movimento de posse do indevido coloca-se a tensão entre as condições de produção. De um lado, o conquistador com o poder exercido pela força da técnica e da ciência; de outro, o conquistado na posição de originário da terra.

Denise Maldini Meireles (1989), refletindo sobre a fronteira do rio Guaporé no século XVIII, coloca que os povos autóctones eram, à época, taxados de bárbaros porque as ideias do conquistador com relação a eles eram medievais pela preocupação com a alma e exacerbação do sentimento religioso, o espírito de aventura e a tendência a buscar novos horizontes. A barbárie se coloca na fronteira dos sentidos produzidos entre o selvagem e o colonizador, corroborado pelo mito do espaço vazio, que se forma pelo reflexo do desconhecimento histórico.

---

<sup>24</sup> Forquilha significa o local da bifurcação do rio Coxipó do ouro em dois braços, evocando uma *relação de origem* (GUIMARÃES, 1992).

Com a chegada do homem branco na margem oriental do Guaporé, já se encontravam nações indígenas devidamente sedimentadas que exerciam indiscutível controle sobre a região (idem). Instala-se a intervenção na história, através de um sistema articulado entre o discurso produzido lá (que manda descobrir) e o produzido aqui (que assegura o avanço e a posse).

Nessa nova fase, o ouro que aflora na Forquilha e depois às margens do ribeirão Prainha (hoje região central de Cuiabá-MT), transforma o cenário político da região. De arraial à vila, novos processos de identificação criam condições para o desenvolvimento de práticas em que os sentidos e os sujeitos aparecem ressignificados.

O crescimento da Vila faz com que, em 1748, no auge das discussões do Tratado de Madri, se transforme em Capitania de Mato Grosso, com administração própria, resultante de duas forças: a interna, movida pelos sonhos do Eldorado, e a externa, fruto da ação diplomática da metrópole, gerando a coexistência de sentidos opostos formulados em formações discursivas distintas.

A forma colonial de organização político-administrativa pode ser vista como sintoma do caráter de determinação pretendido pela metrópole. Nas palavras de Orlandi (1993b), determinar discursivamente é tornar legível, visível o que na instância da subjetividade e da individualização significa isolar, controlar o sujeito e o sentido (já que eles se constituem ao mesmo tempo).

Assim, a colônia passa a significar diferente, de outro modo, no momento da necessidade de assegurar as riquezas produzidas através do traçado daquilo que viria a ser o traçado definitivo do Brasil de hoje.

Está esta capitania cortada de vários rios caudalosos nos quais se metem outros de menos poder mas também de canoa, e estes não somente conduzem a Arariaguaba e Pará, mas dão por uma e outra parte caminho fácil para as terras de Castela pelo que se não poderá impedir o extravio do ouro sem trazer continuamente neles canoas armadas [...] de modo que possam resistir ao Paiaguá [...] porque esses rios no tempo das águas formam vastíssimos pantanais [...]. (Carta de Rolim de



O jogo discursivo entre as dificuldades causadas pelas águas e pelos índios e a necessidade de resistência com armas trazem um deslizamento de sentidos que mostra como se dá o processo da posse. Conquistar é apropriar-se, povoar incorporar. Pode-se dizer que se desloca o limite posto pelo Tratado, apagando a memória do próprio documento legal, que é o discurso que ‘disciplina’ o olhar para uma finalidade de ordem prática, tendo como função dar o estatuto da consolidação do território ocupado.

A delimitação da fronteira de Mato Grosso está, pois, ligada ao sentido do político e da relação de poder que traçou os limites da soberania portuguesa pelos balizamentos naturais dos rios Paraguai e Guaporé.

Os textos oficiais oferecem o lugar da re-constituição da memória desse espaço geográfico em que um povo em processo de expansão territorial entra em contato com outros povos de culturas diferentes, resultando no confronto das relações de força e de sentido. Nessa tensão se constroem a(s) identidade(s) do povo.

Desta forma, os Tratados representam, no Brasil da colonização, não só peças importantes de acordos diplomáticos entre as duas potências na América, mas também a possibilidade de os brasileiros encontrarem espaços de interpretação para trabalhar novas fronteiras<sup>25</sup>. Compreender esse espaço significa compreender o sujeito e a constituição do próprio povo.

Assegurar fronteiras se relaciona com fundação de núcleos populacionais, o que Fátima Costa (1997) caracteriza como forma de revigorar a presença branca na área ocupada e assegurar a supremacia portuguesa além de Tordesilhas.

Nessa ambiguidade é que se coloca o sentido da fronteira que

---

<sup>25</sup> Reportamos aqui às publicações sobre fronteira de Airton Reis Jr. e Elias Januário (UNEMAT/Cáceres), respectivamente nos jornais *A Notícia*, de Cáceres e *A Gazeta*, de Cuiabá. Da mesma forma, Regina Beatriz G. Neto (UFMT), citada neste estudo, trabalha a noção de fronteira na formação dos novos núcleos de colonização no norte de Mato Grosso.

veremos funcionar na materialidade dos relatos oficiais.

Constituir povo e fundar núcleos a que preço? E que povo é esse? E os outros? Há um apagamento dos detalhes dessa formação nos textos de arquivo, que estão voltados especificamente ao interesse informativo, ao politicamente determinado.

## Caminhos dos Sentidos

Aqui, o luar desova...  
Insetos umedecem couros  
E sapos batem palmas compridas...  
Aqui, as palavras se esgarçam de lodo.

Manoel de Barros. *O guardador de águas.*

A historicidade dos relatos faz emergir a figura do conquistador, marcada pela condição de súdito do rei, a quem empenha fidelidade absoluta. O efeito de sentido entre os locutores da Corte e da Colônia vai produzir uma aparente estabilidade entre os discursos produzidos, que se dá no jogo de palavras da Instrução com a posição do administrador, encaminhando a configuração da metodologia adotada nas ações referentes à fronteira.

1. [...] terá V. S. todo o cuidado em animar o dito comércio por todos os meyoys que lhe forem possíveis de tal sorte porem, e com tal disfarce que não paressão que V.S. o promove, e menos que tem ordem para assim o fazer. (Instrução de S.M. a Rolim de Moura, grifo nosso).

2. Na Instrução, que Sua Majestade foi servido mandar me dar para me reger neste governo, me ordena o mesmo Senhor lhe faça presentes quaisquer outras providências, além das emanadas nas suas Reais Ordens, que me parecerem próprias para o fim pretendido de se aumentar, e fortalecer a nova Vila de Mato Grosso. (Carta de Rolim a Diogo de Mendonça Corte Real. Cuiabá, 27 de junho de 1751, grifo nosso).

O fragmento (1), relativo à Instrução, é como que um plano

secreto, apensado à pasta de trabalho do governante, cujo teor só era conhecido após a sua nomeação para o cargo. Desta forma, a estratégia da indicação e a formação dos governantes se faziam necessárias. Apenas aqueles talhados para o ofício eram escolhidos, pois vinham de uma formação escolar de diplomacia, de responsabilidade militar e de obediência.

Investidos na colônia “como rei”, a eles é transferido o poder da ação régia descentralizada. Poder dado, mas limitado pela Coroa. Daí as Cartas dos administradores locais serem consultas e, ao mesmo tempo, prestação de contas das ações.

Os propósitos oficiais se dizem em termos como “cuidado, todos os meyo possíveis, disfarce”, num jogo de mostrar o aparato legal e esconder as reais intenções. O administrador aí age para dar respostas ao fim pretendido, o que autoriza *toda* ação individual. A identidade do europeu é “mascarada”, “en-coberta” (clara alusão sinonímica à “dis-farce”, “artimanhas”) no contato com o outro. Os interesses já não se ligam apenas ao econômico, mas ao jogo do poder mediado pelo político e pelo jurídico-administrativo.

Temos, no fragmento (2) da carta de Rolim, uma referência direta à Instrução, ordem maior que compõe o ordenamento jurídico, aparecendo como fonte a partir da qual emanam todos os dizeres da colônia. Não é uma instrução qualquer, mas aquela que disciplina a matéria e nasce na corte de Sua Majestade, assegurada pelo uso da adjetiva que concorre para estabelecer a restrição do objeto anteriormente designado (que Sua Majestade, que me parecerem propicias).

A Instrução articula as relações entre os referentes que se estabelecem a partir da posição hierarquicamente superior (terá V.S., de tal sorte porem, e menos que tem ordem), com objetivo de estreitar o mecanismo constitutivo da interlocução. A marca da pronominalização em *me dar, me reger, me ordenar*, inscreve a relação de poder falar em nome do rei e determina a transferência de responsabilidade da Metrópole para a Colônia.

Assim, o dizer da Carta nasce de outro dizer formulado em outro lugar, na metrópole, mas não menos eficaz. Cabe ao governante

a obrigação de dar a conhecer o conteúdo dos documentos na redistribuição da sua correspondência, através das cartas-instrução, o que sinaliza o respeito às determinações das normas da fronteira e ratifica a relação súdito-rei. Tal característica se manifesta no tratamento em terceira pessoa (Vossa Senhoria, Sua majestade, Ihe forem possíveis, Ihe faça presentes...), nos preceitos ditados pela Instrução (todos os meyo possíveis) e no funcionamento discursivo afetado pela inscrição do sujeito nas diferentes formações discursivas, como podemos observar nos recortes das Instruções recebidas por Luiz de Albuquerque:

[...] um dos seus objetos he instruir o governador de Matto Grosso sobre as cautelas que deve tomar contra as infestaçoens daquella pernicioso sociedade.

[...] achara V. S. tudo o que deve obrar para conciliar a amizade e confiança dos indios da margem oriental do Guaporé e dos Paiagaz e para civilizar e atrahir os indios silvestres.

[...] e como a execução deste plano he de uma grande importância para a segurança e fortaleza da Capitania de Matto Grosso [...]

V. S. verá as pozitivas ordens que deve seguir não somente para se conservar na posse em que nos achamos [...] mas na ocupação de toda margem oriental do rio Guaporé [...]. (grifo nosso).

Aqui se presentifica o “permitido” para a organização do plano mantenedor da “segurança” e “fortaleza” da Capitania de Mato Grosso. A estratégia administrativa tem dupla função: conservar o que já está tomado/conquistado e avançar. A necessidade das conquistas concorre para o equilíbrio de forças entre as duas potências ibéricas. O avanço, de um lado, referenda, tacitamente, o avanço do outro.

O plano é de estratégia administrativa que se dá em nível de mundo globalizado, cuja discursividade está pertinente com o projeto do dominador, mostrando o que parece estar silenciado, como em “pernicioso sociedade”, cujo abafamento será possível pela amizade e

confiança (para civilizar). Reforçam o argumento, o plano e a vigilância para se manter, fortificar, ocupar e conservar a posse.

As providências, portanto, vão além das ordens recebidas, o que fortalece o argumento a favor do mesmo objetivo, do mesmo fim pretendido e expresso na Instrução, que é o de aumentar e fortalecer o domínio da terra conquistada. Tais considerações são próprias e adequadas aos fins de delimitação. São produtos dos discursos dominantes na época, portanto, historicamente determinados. Os operadores argumentativos (não só, mas), presentes nas Instruções enviadas a Rolim de Moura, continuam a exercer, nas de Albuquerque, efeitos de sentidos semelhantes, mantendo as “positivas” determinações no processo de manutenção da posse.

Desta forma, a ação é encadeada pelo mecanismo jurídico da Instrução que estabelece o regimento burocrático, lugar de poder específico, fundamental no momento. Na colônia, se instaura o olhar do administrador que, além de tudo, explora. Na Corte, se estabelece a posição do colonizador, que unicamente preserva os interesses do Estado absolutista.

Nesse espaço de relações, o político se dá como domínio de possibilidades na relação entre posições de sujeito (LAGAZZI,1998). Os elementos que constituem o discurso estabelecem os limites dessas possibilidades. Não só se transmite a ordem, mas também se produz efeito de sentidos na materialidade dos mecanismos linguísticos, ou seja, estabelece-se o jogo das posições imaginárias construídas no/pelo relato. Com isso dizemos que o lugar dos interlocutores significa nos processos discursivos, a partir das relações de força que colocam em funcionamento os lugares de poder na Colônia e na Metrópole.

Nesse jogo, o rei está sempre na posição-sujeito que ordena. É a fonte primeira das ordens. O administrador colonial é submetido à autoridade superior e também se constitui em autor de atos que lhe são outorgados, com restrições. Posição que se pauta numa certa contradição entre a liberdade de agir e a coerção expressa pela Instrução. Ao mesmo tempo em que a ele é dado o livre arbítrio, assujeita-se, submissamente. Não se discute a ordem, embora seja passível de abrigar novos dados,

frutos de estudos e anotações.

O discurso dos administradores coloniais permite verificar esses dois momentos, ou seja, essas duas posições: a) de quem recebe a ordem, e b) de quem age investido dela. Quem manda tem o olhar de fora. Decide sobre o que está posto nos mapas e dito nos relatos. Quem recebe está tomado pela realidade construída socialmente, em contato, filtrada pelo olhar do observador que une o trabalho da imagem da terra, da geografia às próprias experiências. Executa na condição de súdito, ao mesmo tempo que, participando da ação, se constitui em senhor absoluto dos atos redistribuídos na colônia.

Dessa forma, constrói-se uma representação de ambiguidade e se produz mecanismos de apagamento do processo histórico da colonização, pelo olhar do administrador da colônia. Ativa a memória dessa mesma colonização, pelo aparato das ordenações jurídicas, que cristalizam as relações de desigualdades e de conflitos.

Um segundo recorte parece reafirmar essa posição. Surge outro sentido a partir de uma prática política instaurada pelo gesto de interpretação inscrito na materialidade do texto. Os sentidos se sedimentam na forma de memória discursiva, que dá o efeito de algo já dito, previamente construído.

Para ilustrar essa relação entre os dois poderes que falam de dois lugares diferentes, tomamos as seguintes sequências discursivas:

1. Fareis frequentar, quanto possível a navegação e pesca do rio Guaporé, para que não tome vigor com a negligência da nossa parte, a pretensão em que tem entrado os espanhóis de assenhorear-se delas. (Instrução da Rainha para Rolim de Moura, grifo nosso).

2. Pelo que me parece que o meio mais eficaz, mais próprio às circunstâncias presentes, e mais convenientes deste estabelecer, e aumentar o Mato Grosso, é usar Sua Majestade com ele o que usou com o Rio Grande e Santa Catarina, pois é também fronteira [...]. (Carta de Rolim à Corte Real. Cuiabá, 27/6/1751, grifo nosso).

[...] solicitar que alguns outros moradores se vão estabelecer permanentemente junto daquele lugar, para

que com mais comodidade possa subsistir a utilíssima fundação que o mesmo Senhor tem determinado que nele se erija”. (Carta de Albuquerque ao Marquês de Pombal. Rio da Madeyra, 12/2/1774, grifo nosso).

O discurso vigente determina a relação política, jurídica e ideologicamente marcada. Os administradores argumentam, tendo em vista a relação com a pessoa de quem se fala, Sua Majestade, o rei. Discutem planos, estratégias de ação política para estabelecer, assegurar e dilatar as terras. Há respeito e observância dos preceitos legais na condição de súdito (aquele que cumpre, mas ao mesmo tempo, opina, sugere). Enunciam do lugar hierarquicamente inferior (pelo que me parece, julgo ser próprio). O rei faz acontecer quanto possível, resguardando a posição de supremacia, inibindo as pretensões internas ao interesse da Metrópole. Vale a fixação, a frequência, o movimento na terra, para que os mandatários não corram o risco da negligência. O que é dito tem evidência (compara-se com estratégias já utilizadas em outro lugar) e é relevante, conveniente e próprio às circunstâncias e permanência no lugar da fundação. Ações úteis para a subsistência do plano determinado.

Estabelece-se, assim, o jogo verbal constitutivo do discurso, que funciona pelas projeções imaginárias das intenções das partes que, no seu conjunto, são direcionadas para o mesmo fim: estabelecer e aumentar o Mato Grosso, garantir a navegação dos rios e fixar povoamento. São as marcas de um discurso preciso.

Considerando-se as grandes distâncias, dificuldades de comunicação, imensidão territorial, nota-se, na posição de Rolim e de Albuquerque, o olhar do administrador deslizando no/do explorador que se posiciona, deslocando-se do que está preceituado, como mostram as formulações: pelo que me parece que o meio mais eficaz [...]; estabelecer e aumentar o Mato Grosso; solicitar moradores [...] para comodidade.

Duas ocorrências aparecem como importantes. Na primeira, o modo de referir à manutenção da parte lusa (navegação, pesca do rio), difere da pretensão estabelecida pelos administradores (usar de

estratégias já conhecidas, povoar com gente, fortificar...). É o mesmo governo falando, mas de lugares distintos. Daí o deslizamento implícito, diluindo o efeito do confronto. As construções subordinadas em: (para que não tome vigor; pelo que me parece; para que com mais comodidade), apresentam o lugar do deslize, não preenchido na superfície do texto.

A segunda ocorrência é de correlação: entre o pedido da Instrução (fareis frequentar, a pretensão) e a explicação do governante na Carta (pelo que me parece, mais eficaz, mais próprio...). Estabelece-se uma relação de causa/efeito entre os termos, na qual as ponderações parecem expressar (assegurando) a necessidade de manutenção dos objetivos pré-determinados.

Desta forma, o que aparece nas formulações são as marcas de um discurso que sustenta a hipótese do administrador e enfatiza os seus argumentos, determinados pelas condições de produção dominantes.

Tais relações de sentido constituem o jogo da correspondência (Cartas daqui e Instruções de lá), cujos argumentos devem ser os mais adequados para o cumprimento do plano estabelecido no documento legal. Direção que confere status<sup>26</sup> de súdito, fiel vassalo do rei, revestido do dever de cumprir as determinações “próprias às circunstâncias presentes”. Aliança que forma o espaço de sentidos deste lado do Atlântico.

No esquema abaixo, tentamos caracterizar os predicados definitórios das representações que se estabelecem no funcionamento das Cartas e Instruções:

Discurso régio:

- quanto possível
- pretensão... de assenhorear-se delas

Discurso do administrador:

- mais eficaz
- mais próprio

---

<sup>26</sup> Tomamos a palavra, sob o ponto de vista de Courtine e Haroche (1988), de representação do poder.



- mais convenientes
- mais comodidade

Objetivos da lei:

- circunstâncias presentes
- estabelecer e aumentar o Mato Grosso
- frequentar quanto possível

Conclusão dos argumentos:

- pois é também fronteira
- para que com mais comodidade possa subsistir a utilíssima fundação
- para que não tome vigor.

Verifica-se que os argumentos colocados sinalizam o cumprimento do acordo tácito previsto para a época. O discurso do rei impõe o limite possível para tornar-se dono antes que outro o faça. O do administrador substitui as palavras reais, instituindo-se discursivamente na diferença para adequação às condições locais. Nesse aspecto, tomamos, conforme Eni Orlandi (1996a), o discurso político que se caracteriza por uma retórica de apropriação: o sujeito se transforma naquele do qual ele ocupa o lugar, dadas suas condições que o legitima.

Podemos dizer que o sujeito que organiza/administra de fora, no caso, da Metrópole, em relação às diferentes posições dos que participam do/no acontecimento da Colônia, refere-se à representação social do político frente às possibilidades, à eficácia, às conveniências para a subsistência da fronteira. O desejo/necessidade de segurança da fronteira dá a diretividade ao dizer do administrador. Em outras palavras, é a posição de um Brasil limitado discursivamente, descrito por meio de traços, pela linha demarcatória do mapa, representado pelas fortificações, configurando a imensidão geográfica posta como atestação dos limites.

Assim a questão da fronteira con-figura a textualização do discurso jurídico-administrativo que estabelece a relação de poder entre a Colônia e a Metrópole, de forma indissociável que se explica pelo sócio-histórico e por uma política de estratégia de dominação.

Cabe aqui reportar às discussões de Regina Beatriz Guimarães Neto (1999,2000), sobre as cidades de fronteira<sup>27</sup>, cujas abordagens se ligam ao modo de como as noções de fronteira estão incorporadas na formação das novas cidades do interior do Brasil. Hoje, como no século XVIII, foco do nosso estudo, podemos ver que o domínio se mantém com “redes de informações”. Registram-se contínua e detalhadamente para assegurar posses. As fronteiras se formam no movimento e no acontecimento, mas regidas pelas formas de poder e pela resistência do território, que se visibilizam pela estrutura, pelas regras e pela administração. A conquista é, portanto, engendrada, faz nascimentos, produz conhecimento. O *novvo*, que pretensamente surge dessa relação, pauta-se na reprodução. As novas cidades já nascem velhas, reproduzindo modelos urbanos carcomidos, revelando desde já os problemas da sociedade agudizados em regiões em que o direito à vida e à propriedade têm poucas garantias (ibidem).

No caso das fronteiras, o rio Guaporé atravessa, em seu percurso total, parte dos Estados de Mato Grosso e Rondônia. Configurados junto ao Paraguai, fazem parte de uma imensa fronteira natural. No conjunto, constituem um símbolo da paisagem e constroem o imaginário produzido a partir dos processos discursivos do gigantismo da terra, sertão distante e inóspito, para uma ação que se faz conveniente, eficaz. Para que(m)? Para aquele momento, para os interesses do colonizador. A única voz que se ouve é a oficial. Proposta e oriunda da autoridade superior e como tal, necessária de ser cumprida.

Nas palavras de Eni Orlandi (1996), o sentido que se sedimenta é aquele que, dadas certas condições, ganha estatuto

---

<sup>27</sup> Tema discutido durante o Curso de Especialização “Historiografia e metodologia da pesquisa e do ensino da história: memória e identidade na historiografia brasileira”. Departamento de História da UNEMAT. Cáceres-MT, novembro de 1999.

dominante. O que teve força de lei ecoa na memória como um discurso que fica, construindo os estereótipos delimitados pelo tempo e pelo espaço em que vigeram.

Desta forma, os enunciados produzidos nos relatos oficiais são coisas a saber, descrições de situações, de sintomas e de atos, cujo princípio consiste em expor as descrições ao equívoco da língua, legitimando o atributo do poder quanto à missão civilizatória da colonização.

As reais intenções do poder colonizador só podem ser entendidas se, teoricamente, explicitarmos a relação estrutura/acontecimento, presente em todo o discurso produzido. Esses sentidos vindos pelo lado do poder colonizador deixam seus traços de modo que, metodologicamente, podemos proceder a uma análise que permita relacionar interpretação e descrição, levando-nos à compreensão desses sentidos em seu real, no modo pelo qual eles constituem uma realidade histórica. Nesse caso, a realidade histórica brasileira.

## O Nome Constrói a Fronteira

Era só água e sol de primeiro este recanto.  
As coisas ainda inominadas. Como  
no começo dos tempos.

Manoel de Barros. *Livro de Pré-coisas*.

Constituída através de um processo ideológico, a nomeação dos locais, dos rios, que de nomes índios passam a portugueses, é dado por determinação legal.

Na perspectiva da Análise do Discurso, a nomeação é produto histórico e produzida em um processo em que as instituições (a legitimidade) e a história (a cristalização, a permanência) desempenham papel determinante (ORLANDI, 1987). A cada novo lugar implantado, a prática é torná-lo memorável através de nova denominação dada pelo conquistador. A língua entra no processo de apropriação da fronteira.

Os ditos rios, certamente já nomeados, são re-nomeados, por serem considerados difíceis de pronunciar e de imprimir na memória.

V. M. praticará de ir fazendo denominar os ditos rios, baías, montanhas e outros lugares memoráveis que novamente se descobrirem, reconhecerem debaixo das significações portuguesas e palavras conhecidas e ao mesmo tempo, próprias e adequadas [...]. (Carta-instrução<sup>28</sup> de Luiz de Albuquerque para Ricardo Franco, 8/12/1775, grifo nosso).

A mudança de nome, segundo Guimarães (1992), se dá por um processo de mudança de posição enunciativa, de tal modo que mudar a posição que nomeia é constituir outro objeto, construir relações novas. É algo que dá conta do memorável, do já conhecido, como acontece em “reconhecer debaixo das significações portuguesas”, que instaura um estado de mundo irreduzível sobre pré-construídos que funcionam com os sentidos que se fixam como dominantes. Reproduzido pelo administrador, recobre a memória existente e a identidade do povo. O nacional nativo desaparece. Em “novamente se descobrirem”, se dá não o recente, o próximo a ser descoberto, mas o que vai ser re-nomeado, re-inventado, colocado sob o manto do conquistador, numa forma de dominação própria e adequada. Para que(m)? Para um lugar político e jurídico-administrativo da metrópole através de um processo ideológico.

Essa forma de tradução para a língua do dominador constrói um imaginário social que nos permite fazer parte de um país, de um Estado, de uma história e de uma formação social determinada. (ORLANDI, 1993a). Fazer denominar estabelece um estado de coisa que constrói o memorável possível de reconhecimento.

No momento em que se enuncia, o nome constrói o presente pelo passado, pois o nome é evocador de uma relação de origem. O que é nomeado pelo administrador colonial mantém o interdiscurso da nossa história. (GUIMARÃES, 1992). Quem nomeia é o próprio rei a partir da

---

<sup>28</sup> Carta-instrução é formulação produzida entre os administradores, num funcionamento que mantém a rede de informações necessárias à permanência dos atos engendrados na colônia.

posição do seu representante legal e o faz para cumprir objetivos pré-determinados.

No caso que analisamos, é uma nomeação que se coloca uma sobre a outra. Silencia outras que já existem. Traduz com uma nova forma de dizer, re-nomeia. Ao re-nomear, apaga-se uma filiação para se instalar outra. E, assim, pode-se ver a heterogeneidade da nossa história.

Preservar uma região com características singulares demanda a criação de vilas e fortes em pontos estratégicos. Essa característica imprime padrões na memória discursiva, como acontece com o que se convencionou chamar de Pantanal. Uma região que, conforme Costa<sup>29</sup>, não foi sempre reconhecida por essa nomeação. É construção portuguesa, surgindo como atestação dos limites lusos.

A imagem do Pantanal nos relatos dos séculos XVI e XVII constrói um imaginário que Rolim de Moura, no século XVIII, pela atestação nos mapas, persegue como laguna de los Xarayés (dada pelos espanhóis, que se relaciona ao nativo), mas que prevaleceu como Pantanal (dada pelos portugueses, para descrever o lugar). Tais denominações se ligam ao grau de conhecimento cartográfico que cada um dos povos ibéricos possuía sobre a região. Sentidos que se apresentam, não como ornamento, mas como identificados no espaço do interdiscurso a que remete.

Uma vez escolhidos e determinados, os locais adquirem uma nova categoria, estabelecendo um discurso de descoberta, que absorve os sentidos do processo de apropriação. Os nomes primitivos deixam de significar e, conseqüentemente, apaga-se a identidade de um povo com características singulares e se assume outra, que começa com palavras mais fáceis de se pronunciar e imprimir na memória dos novos habitantes das terras descobertas, conforme rezam as próprias Instruções. Substituir o nome significa torná-lo familiar aos estranhos, excluir, (des)nomear o que está instituído para que o novo seja incorporado

A atestação do real existente se fará pelo registro, pela escritura, o que rompe com a tradição fantástica dos primeiros relatos, a exemplo do que se dá com a criação de Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato

---

<sup>29</sup> Conferência realizada em 21/6/99, sob o título A invenção do Pantanal – Departamento de História. UNEMAT/Cáceres.

Grosso (primeira denominação do local). A sede do governo, colonial, às margens do rio Guaporé, desloca as discussões de fronteira para o ponto extremo da região amazônica. Em consequência, é erguido o Marco<sup>30</sup> demarcador dos limites na foz do rio Jauru, presentificando o povo dominador pela construção em mármore e por efeitos do instrumento legal. Prática discursiva de instituição do processo de (i)legalidade, pelo avanço e pelo (des)respeito da ordenação jurídica.

Podemos pensar que a importância atribuída ao movimento de pessoas no espaço geográfico e a edificação em pedra, que se pretende fazer sobrevir como lugar de memória, são sempre retomadas, guardando a identificação pelo nome do objeto que, conforme Pierre Nora (1984), atende a um princípio onde se abriga a tensão entre o “mesmo” e o “diferente”, constitutivos das condições sócio-históricas de produção.

No rol de nomes dados pelo novo batismo, veremos como no espaço específico dos rios Guaporé e Paraguai, se legitima o real da fronteira, de maneira a se tornar propriedade reconhecida pelo colonizador. No recorte abaixo, a ordenação jurídica funda o lugar, identifica através do nome, povoa e arma para produzir as condições favoráveis de produção, que atende aos princípios da relação da língua com a história.

Por se ter entendido que Mato Grosso é a chave e o propugnáculo do sertão do Brasil pela parte do Peru, e quanto é importante por esta causa que naquele distrito se faça população numerosa, e haja forças bastantes a conservar os confinantes em respeito, ordenei se fundasse naquela paragem uma vila, e concedi diversos privilégios e isenções para convidar a gente que ali quisesse ir estabelecer-se [...]. (Instrução da Rainha para Rolim de Moura, grifo nosso).

A indeterminação do sujeito em “por se ter entendido”, sinaliza o efeito causado pela Instrução, ordenações para serem cumpridas nos confins a serem delimitados. Como não há limite sem povo confinado,

---

<sup>30</sup> Sobre o Marco do Jauru cf. palestra proferida por Natalino Ferreira Mendes, no 66º BIMTZ (hoje 2º Batalhão de Fronteira) de Cáceres, em 17/6/1981.

o contato/confronto com os confinantes aparecem nos relatos oficiais, “em respeito”, o que é importante para o povoamento e conseqüente demarcação. A ordem para a fundação e a concessão dos privilégios constituem o discurso da conquista pelo poder e a força mantenedora dos domínios. Ação que se dá no jogo das relações marcado pela troca de correspondência entre as duas regiões distantes.

O novo local, por ser chave para a manutenção, é a porta de entrada para os novos caminhos que se formam com “forças bastantes” e, para o seu povoamento, incentivos e concessão de privilégios são oferecidos. A gradação em (ordenar, conceder e convidar) dá a ideia do grau de interesse no povoamento, cujo movimento gera respeito entre as populações confinantes.

O quarto governador Luiz de Albuquerque (1772), agindo dentro desses princípios, faz cumprir os preceitos determinados, construindo fortificações e sítios, que constituem o novo espaço na cartografia do extremo oeste.

Surgem, assim, Viseu, Nova Coimbra. Ocupa-se o Fecho dos Morros; ergue-se o Forte do Príncipe da Beira; fundam-se Albuquerque e Ladário, Corixa, Casalvasco (sítio de descanso dos capitães-generais). Chega-se à Baía de Cáceres, Serra da Ínsua, tudo obedecendo a um plano estratégico, isto é, o de assegurar a conquista dos rios Paraguai e Guaporé. (MENDES, 1973, p. 23, grifo nosso).

As expressões escolhidas não são daqui, mas vêm impressas como pré-construídos já existentes no reino. É processo de transposição para marcar o mesmo no diferente, o que configura o quadro e alinha o mapa da região, sempre com vistas a um plano estratégico.

Imprime-se outro efeito de sentido nos diferentes sons e imagens estranhas ao ambiente. “Viseu”, povoação às margens do rio Guaporé, como a existente na metrópole; “Nova Coimbra”, o presídio na colônia,

que alude<sup>31</sup> à antiga Universidade portuguesa formadora de toda uma geração de cientistas e intelectuais; “Príncipe da Beira”, o Real forte que, pela imponência arquitetônica, idêntica à existente na fronteira com a Espanha, homenageia o monarca português; “Casalvasco” e “Insua”, pontos de apoio que retomam ícones dos antepassados de Albuquerque.

Ao administrador também se ligam outras localidades como Albuquerque (hoje a cidade de Corumbá, no Mato Grosso do Sul) e Cáceres (fundada como Vila Maria do Paraguai), pontilhando a fronteira boliviana. Esta última, mais tarde passa a ser nomeada São Luiz de Cáceres, em homenagem ao santo padroeiro, e hoje apenas Cáceres, retomando o nome do seu fundador, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Processo relacionado ao acontecimento que constituiu a história. Ressoar nomes portugueses, portanto, particulariza o lugar político de relação com a Corte. O novo liga-se à consecução do interesse de fronteira, à estratégia de (re)cobrimento de uma civilização já existente.

Denominar em nome do rei significa agir investido desse poder de mando, outorgado pela Instrução. Configura-se o jurídico-administrativo da colonização e, especificamente, da constituição da fronteira. O nome se imprime pela necessidade da manutenção do poder em detrimento da memória existente. Somos (re)nomeados por outro povo, intimados à absorção de outra cultura. É o Mato Grosso de uma nova fundação. Então, fixar a fronteira não só garante a posse como cria (imprime) um novo espaço de significação.

Devido ao caráter fronteiro, as fortificações marcam a forma da administração colonial. “Forte de Coimbra”, “Forte do Príncipe da Beira”, “Presídio de Miranda”, são nomeações que carregam o sentido de guarnecer com força suficiente para barrar o avanço do outro lado confinante. Funciona nelas o trabalho da memória do dizer. O que é dito em outro lugar é retomado na colônia e ressignificado, conduzindo para sentidos tomados como evidência do processo de apropriação.

Assim, o processo de nomeação traz consigo a substituição. O

---

<sup>31</sup> Reportamos aqui à Conferência *Au risques de l'allusion*, proferida em Cáceres, por Jacqueline Authier-Revuz, durante o I Encontro de Linguagem, História e Cultura. UNE-MAT/Unicamp/ 17 e 18 de fevereiro de 2000.



nome não só é imposto como dá luz às novas posses. Pontua e demarca a linha de fronteira. Materializa os lugares e cria o espaço da legitimidade, registra e dá visibilidade ao novo. Nessa perspectiva, deslizam-se os sentidos produzidos pela ideologia, marcados pela necessidade de dilatar a fé e o império, povoar, ampliar as relações comerciais, buscar novas terras fabulosas, que fazem a grandeza do Império.

Por outro lado, não há palavras portuguesas suficientes para nomear toda a flora e a fauna do lugar: “O rio Guaporé tem nos lugares de que se trata os mesmos generos de pesca [...] muitos que não he possivel denominar”. (Carta de Albuquerque a Pombal em 12/2/1774). Esse limite das palavras aponta para o des-limite mítico da região, a exuberância de uma natureza que extravasa e em que é impossível tudo nomear.

O controle de tal “onda colonizadora”<sup>32</sup> é mantido pela Instrução que tenta imprimir a legalidade e consecutar os objetivos da administração, o que só se faz possível pelo grau de segredo mantido através das correspondências. Por isso, a missão é confiada aos capitães-generais, os mais habilidosos para a tarefa. Homens das milícias portuguesas, formados para estar a serviço do rei. De nobre estirpe, representam na Colônia o empenho com que a Metrópole procura assegurar os seus domínios.

Desta forma, o ato de nomear carrega sentido histórico-social, abre as fronteiras entre as formações discursivas dominantes e outras que são formadas a partir e/ou à revelia dela.

Sob o ponto de vista de Betânia Mariani (1998), as denominações vão, assim, organizando regiões discursivas de sentidos que podem se repetir ou se transformar a cada período histórico, em correspondência com as relações sociais de força em jogo. Além disso, num território, agora não em relação à administração, mas em relação à posse que se dá pela tomada de posição, os nomes insuficientes já são a marca e o prenúncio do mítico que se conforma pelas características da própria região.

---

<sup>32</sup> Expressão tomada de Virgilio Correa Filho (1926), por caracterizar o sentido que vem sendo dado ao processo de ocupação da fronteira.

# O INSTRUMENTO DA CONQUISTA

Peçam batalhas e violem os tratados.  
Virgílio. *Eneida*.

Porém já cinco sóis eram passados  
Que daí nos partíramos, cortando  
Os mares nunca d'outrem navegados...  
Camões. *Os Lusíadas*, V. 37.

Ó mar, por que não apagas,  
Com a esponja das tuas vagas,  
Do teu manto este borrão?  
Castro Alves. *O navio negreiro*: tragédia no mar.

A Instrução pode ser vista como o instrumento jurídico que disciplina a matéria encaminhada à Colônia e intermedia as relações jurídico-administrativas, impondo um movimento aos sentidos que são produzidos sobre a fronteira. Funciona como elo, pois retomam algo já sabido, sinalizando ações futuras. É uma mesma direção de sentidos que retorna sempre. Ao mesmo tempo que compõe o ordenamento jurídico, disciplinando a posição dos administradores, coloca-se como procedimento regulador, preceito de como deve ser, como se deve fazer.

Como efeito de lei é o discurso do poder no movimento do espaço disciplinador. Mantém e organiza o administrativo, criando a ilusão de ausência do conflito para domesticar a atuação do governante colonial. Não é apenas instruir para saber, mas fazer conhecer para se determinar a forma de agir. Constituem as primeiras medidas administrativas que adquirem estatuto de plataformas de governo, razão pela qual foi conservada a utópica unidade do Brasil.

O discurso se constrói, assim, na perspectiva de novas direções. As ordens, os interesses, são unilaterais. Os sentidos são tomados como verdadeiros e incontestáveis. No entanto, sabe-se que outros existem, embora recobertos.

As Instruções que Rolim e Albuquerque trazem, quando nomeados governadores e capitães-generais da Capitania de Mato Grosso,

são consubstanciadas de outras Instruções. Nelas se acham estabelecidos os sistemas fundamentais e gerais que formam o governo político, militar e civil de toda a América portuguesa, “aplicado a cada huma das capitancias daquelle continente, segundo a situação e circunstancias de cada huma dellas”. (Instrução de Mello e Castro a Luiz de Albuquerque do Palácio da Ajuda, a 13 de Agosto de 1771). Faz-se instrumento de poder que se exerce à distância e que precisa de duplicidade do portavoz, que fala com base nelas (Instruções), mas afetado pelas condições do meio.

O que há de mais significativo ao novo governante com relação aos negócios públicos, encontra-se nela. Nos documentos de Albuquerque que pesquisamos, são quinze cartas de ofício dirigidas ao alto comando da Corte, explicando cada detalhe e cada documento constante, pois, regra geral, eram acompanhadas de estudos cartográficos e geográficos.

Para a reflexão que fazemos sobre a discursividade do instrumento legal da conquista, procuramos o contraponto dos discursos das Instruções recebidas por Rolim e Albuquerque no que elas têm de semelhantes e diferentes, configurando a relação de poder entre os administradores e a Corte.

Courtine e Haroche (1988) trabalham com a ideia da textualização do político a partir da semiologia e da antropologia da expressão e da fisionomia do século XVII ao XIX, na relação indivíduo/sujeito. Podemos presentificar suas reflexões no nosso estudo, quando vemos o campo político dos textos analisados como o lugar do olhar onde se estabelecem dominações, aceitam-se servidões, organizam-se resistências no jogo das representações.

O espetáculo político de formação da fronteira é atravessado por um discurso cuja contradição irrompe no confronto, em que um mundo inóspito e não domesticado em sua realidade concreta desafia a capacidade de fixar-lhe interpretações. Território que divide o sujeito no espaço da administração colonial, convertendo olhares em discurso.

Podemos dizer que no início das descobertas há o novo mundo sem fronteiras. Depois a administração das terras começa a traçar os limites com os tratados diplomáticos. É o tempo das delimitações e

separação das posses pelo discurso jurídico e administrativo.

Há um limite prescrito que deve ser respeitado até que o outro lado avance. O respeito de um depende do avanço do outro. Este é o movimento. O respeito existe sobre (e sob) um mecanismo estático (Instrução) e dinâmico (o deslocamento de mineiros, das linhas de demarcação, troca de correspondências).

O jogo de poder mostra a posição determinante da garantia da posse pelo movimento tido como natural de penetração em terras consideradas de ninguém. Finalmente, não há cláusula nenhuma que assegure o respeito à fronteira porque é passível de desrespeito. Não há como manter a observância dos acordos prescritos nos tratados. De certa forma, os tratados existem após o ato de desrespeito à ordem natural das coisas. Para Paulo Prado (1972), são cartas de grandes poderes, toda uma organização necessária a uma empresa de colonização.

## **Fronteira: a escritura do movimento**

O chão é o ensino  
Manoel de Barros. *Arranjos para assobio*.

Para discutir a questão da fronteira, tomamos o assunto na bipolaridade abordada por Michel Pêcheux, das fronteiras visíveis e invisíveis. A primeira, tornada possível pelos traçados, hierarquias, posições, gestos de diplomacia do discurso oficial, tecido com referências aos textos fundadores e com fragmentos de memória coletiva, através dos quais o “nós” do povo se dirige a si mesmo. A segunda, pelos efeitos engendrados pelo discurso oficial que, ao repetir o que todos sabem, permite calar o que cada um entende sem o confessar (PÊCHEUX, 1990).

A invisibilidade garante a eficácia do poder hegemônico da Metrôpole. Na relação das duas ordens do real, da língua com a história, e do sujeito com a história, compreende-se como se dá a configuração específica do Brasil.

A etimologia nos ensina que o sentido primeiro de fronteira

significa algo que se coloca “defronte de”, substantivado do adjetivo “fronteiro”. Portanto, sentido genérico. O termo aparece dicionarizado como derivação da palavra latina “frontarius”: à frente de, à testa. Uma qualidade que se liga ao nome para significar o ato de se manter em tensão, como estiveram as duas potências conquistadoras da América colonial. Separadas apenas por uma linha imaginária que dividia as posses e por “tratos”, que são a escritura do jurídico, as fronteiras adquirem um estatuto preciso nos limites que definem as marcas/marcos nos terrenos.

As comissões demarcadoras constituem a parte técnica para as quais as fronteiras ofereceram dificuldades de interpretação por nelas se encontrarem os acidentes naturais como rios, campos alagados nos pantanais, que serviram de base para a delimitação. Nesta fase são colocados os marcos de valor jurídico e alcance político<sup>33</sup>, com efeitos que, se esperavam, fossem permanentes.

O marco do Jauru, símbolo desse Tratado, cujo monumento encontra-se assentado na praça principal da cidade de Cáceres, ostenta em uma de suas faces a memória dessa discursividade: “a justiça e a paz se oscuraram”.

Duas formas do real existente marcam o lugar de memória simbolizado pelo entendimento e pelo marco/monumento: o rio (Jauru, na época, o balizador do Tratado), delimitando a fronteira natural, e o discurso (Tratado), que transforma a posse em matéria de legalidade política e administrativa.

A fronteira constituída pelos movimentos gera princípios, o mais importante deles o do *uti possidetis* e das fronteiras naturais propostos pelo Tratado de Madri, pensado por um brasileiro da Corte, Alexandre de Gusmão. A serviço da diplomacia, antecipou a visão do Pan-americanismo, que mais tarde foi preconizada na doutrina Monroe dos EUA<sup>34</sup>.

Esse confinamento entre países gera tensão, choques, porque

---

<sup>33</sup> O político pensado não em nível de formulação, que reporta à mera ação política, mas em nível de constituição do discurso (LAGAZZI-RODRIGUES, 1998). Compreendido discursivamente, o sentido do político é sempre dividido (ORLANDI, 1998).

<sup>34</sup> Esta colocação é fruto de conversa com o historiador cacerense Natalino Ferreira Mendes.

é resultante do processo sócio-histórico de formação de uma região. Antes de ser um dado eminentemente geográfico, é, acima de tudo, um dado econômico. Por isso Portugal vislumbrava, através de Tordesilhas, a possibilidade de futuramente vir a obter riquezas destas regiões até então desconhecidas. (SIQUEIRA, 1990).

A fronteira é o continente do conteúdo nacional. Completa, define e especifica o espaço geográfico, assegura o instinto de propriedade tão natural e imperioso nos povos, como nos indivíduos. E enquanto movimento de conquistas diplomáticas, a fronteira se faz nos limites que, naturalmente, os homens põem entre si.

Podemos dizer que no nosso material de análise, a fronteira está entre a legalidade e a ilegalidade. Pré-existe antes de ser nomeada e quando registrada em forma de lei, atesta o que já está tomado pelo homem. Daí o princípio norteador do Tratado de Madri que, por muito tempo, serviu de base para os que o sucederam. De um lado, o instrumento jurídico, o documento legal; de outro, o dizer da Instrução régia:

[...] deveis não só defender as terras que os meus vassallos tiverem descoberto e ocupado e impedir que os espanhóis se não adiantem para a nossa parte; mas promover os descobrimentos e apossar-vos do que puderdes e não estiver já ocupado pelos espanhóis [...]. (Instrução da Rainha para Rolim de Moura, grifo nosso).

Como entender essa (i)legalidade instaurada? A própria materialidade do discurso inscreve o (des)respeito. Não só defender, mas (principalmente) avançar os limites. Determinação legal que constitui as primeiras medidas administrativas tomadas no Brasil na fase da busca de sua identidade. Faz-se sobre via unilateral e forma o elo invisível da conservação da nossa unidade, sendo a língua o forte instrumento de dominação que, ao lado da religião, construíram um império sobre o já existente.

Desta forma, tomamos aqui Synésio Sampaio Goes Filho (1999),

que vê a fronteira como resultado de diálogo entre o bandeirante e o diplomata. Um ocupava o território que, na prática, não tinha dono; outro, legalizava a penetração através de um acordo. Ambos serviam o Estado. Citando Cassiano Ricardo, o autor (Idem) retoma a ideia de fronteira móvel, relacionando fronteiras com o movimento das bandeiras<sup>35</sup>, quando todos os tratados referentes aos limites entre o Brasil e os países hispano-americanos estão ligados ao bandeirantismo que levou a fronteira para o Oeste. Desta forma, não se pode falar em fronteira, sem o argumento da penetração histórica.

Priscila Faulhaber (1992) critica os saberes sobre a fronteira que envolve diferentes cânones de produção de sentido. Faz, a partir daí, uma interpretação das concepções sobre os limites sociais dos discursos sobre a construção nacional. Isso nos leva a pensar que estudos dessa natureza formulam questões da autonomia territorial, observável pelo jogo da língua, pela textualidade e pela existência da fronteira no imaginário.

Assim, a Corte portuguesa determina e o administrador assegura, através da Instrução e da ação humana, a manutenção da fronteira e os sentidos da colonização. Nesse espaço simbólico é possível apreender o lugar da ideologia materializada na história, a textualização do político no gesto de interpretação, como fala Eni Orlandi (1996).

Isso significa a busca e a fixação de acordos de cavalheiros. A fronteira é fixada nos tratos entre duas partes interessadas no mesmo objeto a ser possuído. Expressa e legitima o movimento da posse. Na troca de correspondências entre o poder central constituído na Metrópole e os governantes fixados na longínqua Colônia, é que se procura compreender o funcionamento dos discursos que trazem os fenômenos sócio-históricos e políticos da época da sua formação. O conjunto dessa epistolografia constitui o referendium do movimento que legitimou, na cartografia universal, o traçado definitivo dos contornos da terra conquistada pelos portugueses.

---

<sup>35</sup> Bandeiras e bandeirantes estão sendo vistos como efeitos de uma determinada prática social simbolicamente construída para servir à expansão das terras lusitanas.

## Por que (não) se respeitam fronteiras?

Estas águas não tem lado de lá.  
Daqui só enxergo a fronteira do céu.  
Manoel de Barros. *Livro das Ignoranças*.

Os limites me transpõem.  
Idem. *Poesias*.

Entender o sentido de fronteira no século XVIII passa pelo exercício de clarear a questão relativa ao (não) respeito à linha divisória e ao movimento de ‘passagem’ de um ponto para outro. É funcionamento que se dá no fio do discurso, como se nota nos seguintes fragmentos:

1. V. S. vera as positivas ordens que deve seguir não somente para se conservar na posse em que nos achamos [...] mas na ocupação de toda a margem oriental do rio Guaporé [...] servindo-se se for possível de todas as forças que tiver [...]. (Instrução para Albuquerque, grifo nosso).

2. Mas o principal motivo que tive foi para que fizessem respeito à vila, que como V. Ex<sup>a</sup> me adverte se deve reputar como terra de fronteira. (Rolim de Moura. Vila Bela, 28/5/1752, grifo nosso).

3) [...] não acho nele (Tratado) cláusula alguma que obrigue a conter-se nenhuma das partes nos limites que ele prescreve, antes de os comissários determinarem a linha que deve servir de divisão e barreira a ambos os domínios. (Idem, grifo nosso).

4) [...] e a experiencia tem mostrado, que cláusulas nenhuma bastam a garantir a sua observância [...]. (Ibid., grifo nosso).

Nota-se que as ações estão intimamente ligadas ao que preceitua o instrumento legal/administrativo. A Instrução adverte o governante. É como peça da investidura do poder da Metrópole



transferido ao representante legal, no caso, o capitão-general. Serve (tem utilidade) para reger as ações do Governo descentralizado na Colônia e funciona com os mesmos instrumentos de controle da ordem jurídica e da organização administrativa<sup>36</sup>, enquanto materialidades simbólicas do discurso. Ordena, “dá a conhecer”, torna presentes (claras, evidentes) as providências tomadas para que a Metrópole detenha o controle e mantenha a unidade administrativa.

Apesar da mesma região ideológica, a diferença deriva das condições em que os discursos são produzidos. A Metrópole está revestida do olhar de fora. Por isso as normas ditadas não são claras. Disfarça, adverte, pois estar na fronteira é estar no limite móvel. Palavras não asseguram o avanço da ação humana. Mesmo assim, há o zelo pelo cumprimento das providências, pelos danos que porventura esses mesmos atos podem causar. A atitude diplomática mantém a unidade administrativa que garante a centralização do poder. Se as Instruções constituem o discurso oficial da origem dos atos na Colônia, as Cartas são a própria ação, impelida a partir de uma visão de dentro emba(r)çada pelo novo, tomada pelo real existente. Como demonstram os fragmentos acima, a liberdade do avanço é relativa. Condicionam-se às determinações das “positivas ordens”.

Os operadores argumentativos “não somente” e “mas” adicionam novos argumentos que não estão presentes na materialidade da língua. Daí vemos o conflito discursivo do que é posto e do que é suposto. Abafa os motivos do respeito e reforça a necessidade das vantagens políticas da posse. Traçam as linhas demarcadoras, retificam os mapas, organizam o jurídico. É o período da atestação científica. Formam o que Eni Orlandi (1996) denomina de atividade estruturante do discurso, determinada pelos dizeres, cada um com suas finalidades específicas.

Então, os interlocutores estão representados no discurso e na formação ideológica. E isto está marcado no e pelo funcionamento discursivo. “Cautela” e “segredo” são atitudes determinantes para o

---

<sup>36</sup> Entendemos aqui ordem e organização como lugar específico de funcionamento da língua (sistema lingüístico) e da história (materialidade simbólica). (ORLANDI, 1996).

administrador colonial. Nota-se a postura firme da autoridade numa ligação de extrema formalidade no tratamento direto ao rei, autoridade colocada na posição de ouvinte nos acontecimentos, mas também na condição de co-partícipe e interventor.

No jogo de imagem que um faz do outro (PÊCHEUX & FUCHS, 1997), instaura-se o processo de produção de sentidos pelo discurso autoritário. Ao mesmo tempo em que ordena, recebe orientações de quem, do lugar de origem do discurso, se reveste desse poder. Nesse campo discursivo podemos ver o que Eni Orlandi (1987) trata por troca de papéis na interação que constitui o discurso, definindo o espaço da discursividade do poder na Colônia.

As Cartas produzem efeito de normas a serem observadas pelas diferentes figuras do poder no mesmo nível hierárquico (os capitães-generais trocavam cartas-instruções entre si no exercício da administração). Isso parece encadear ações, homogeneizar atitudes administrativas, respeitar limites, julgar e responder pela necessidade ou não de recursos da mais diversa natureza, manter a necessária rede de informações dentro do principal motivo: respeito à vila, à terra de fronteira.

Posição até certo ponto conflitante, pois não há, no tratado, cláusula que obrigue a conter-se nos limites até que cheguem as comissões de demarcação. Estas irão pontuar nos mapas, atestar as linhas, o que é permitido pelo conhecimento científico, caracterizando o funcionamento discursivo, ao mesmo tempo em que administram/ direcionam os dizeres para um determinado lugar discursivo.

Concluo esta matéria, expondo na presença de Vossa Majestade a vista do que tenho referido, o quanto maior necessidade tem estas minas, pela distância em que se acham, em que o recurso é tão dificultoso, de Ministros desinteressados, e de sã, e reta consciência, cuja falta é o maior embargo, que pode ter o adiantamento desta capitania. (Carta de Rolim a D. José I, Cuiabá, 3/7/1751, grifo nosso).

Nos efeitos da trama dos relatos irrompe a figura do porta-voz.

O efeito que ele exerce falando em nome de alguém é antes de tudo um efeito visual, que determina a conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto. (PÊCHEUX, 1990). No discurso oficial, o exercício do poder se dá sob o olhar de outrem, onde o confronto ou perturbação da relação residem na ação diplomática, estudos, objetividade. Se há transgressão, esta se dá pelo conhecimento.

Porem como a inspeção dos lugares observados atentamente, assim por mim como pelos engenheiros, provou por um modo incontestavel o contrario do que se pretendia a respeito do espaço de margem do rio Madeyra que nas notas se diz [...] me vi sem duvida muito embaraçado sobre a eleição que deveria fazer de terreno para a construção do forte, visto serem positivas as ordens de S.M. para nela ser edificado. (Carta de Albuquerque à Secretaria dos Negócios do Reino, 3/3/1774, grifo nosso).

2. [...] envio agora juntamente com as memorias pertencentes que formey, apontadas memorias. (Idem, grifo nosso).

O relato expõe as dificuldades e coloca o administrador falando em nome daquele que representa. É o mediador das ações comandadas pela metrópole. Aquele a quem se dá e de quem se cobra a voz, como fala Mônica Fontana (1997).

Ao receber as ordens e exercê-las se constitui em outra posição sujeito: a de quem decide. Espaço de deslizamento que constitui o espaço de poder administrativo aqui e não o de lá e onde o administrador vai conformando o político e formando o lugar de memória. Então, a ordem social está intimamente ligada à organização jurídica e administrativa. Daí a preocupação com o respeito à fronteira, aos limites de cada uma das potências que disputam o poderio econômico de além-mar, mesmo que esse respeito apareça deslocado pela própria Instrução:

[...] não há razão que deva fazer escrúpulo do excesso da nossa parte; antes ao contrário [...] não posso contudo considerar-me obrigado a conter o limite da

minha conquista no da dita linha". (Instrução da Rainha para Rolim de Moura, grifo nosso).

Infere-se que o (des)respeito à fronteira é sutilmente guarnecido, defendido/disfarçado pelo instrumento legal. Depende da posição, do controle, do movimento de cada um dos conquistadores e da (i)legalidade. Avança-se à medida que os espaços são criados pelo próprio discurso, como em: "não há razão para escrúpulos, antes ao contrário". Por outro lado, significa dizer que a linha não é o limite e o imaginário indetermina o funcionamento interdiscursivo que produz uma sobreposição de diferentes formações discursivas, apagando os reais sentidos.

Outro aspecto que leva a pensar fronteira e respeito é o uso constante da força, como atestação do limite. Para Luíza Volpato (1996), a condição de fronteira, com a função de conter os possíveis avanços espanhóis, exigiu a militarização. Daí a preocupação sistemática com as armas e a guarnição dos transportes fluviais. O respeito, portanto, se dá no fio do discurso, possível a partir do administrativo que instala o legal, produzindo a distinção legalidade/ilegalidade.

1. Chegando a estas minas achei que se guardava com razão o Rio Paraguai, pois conhecidamente se haviam tirado nele diamantes, com conta [...] pelo que me resolvi a mandar fazer por um subalterno e seis Dragões [...] com os quais Vossa Majestade foi servido ordenar se montasse a Companhia. (Carta de Rolim a D. José I, Cuiabá 7 de julho de 1751, grifo nosso).

2. [...] deve V.S., por todo o seo cuydado e diligencia enformar o referido corpo, introduzindo nelle quanto a possibilidade o permitir a disciplina e subordinação [...]. (Instrução de S. Majestade a Albuquerque, grifo nosso).

A guarda da fronteira está na "razão", no "cuidado", na "rigidez da disciplina", marcas linguísticas que assinalam a construção de um objeto imaginário (MARIANI, 1998), que cristaliza um discurso cujos ecos ainda são ouvidos. Constitui a marca de um discurso regulador

para o qual a Colônia deve-se prover de homens assujeitados pelo poder a fim de que os limites possam ser mantidos pela força. E a história, que se incumba de cobrir a memória, tem mostrado isso como meio eficaz de defesa e manutenção da ‘ordem’ e do ‘progresso’.

Nas palavras de Mariani (op. cit.), quando se trata a memória e o acontecimento exclusivamente pelo viés da manutenção de um passado, corre-se o risco da adesão a uma concepção imobilista de história e de produção de sentidos. Essa reprodução e repetição dos efeitos de sentidos reconstituem as regularidades discursivas postas anteriormente, colocando o trabalho do arquivo na conjuntura da memória histórica em confronto consigo mesma, afastando-se do exame meramente literal.

Observa-se também, na materialidade linguística, o tratamento utilizado pelos administradores. Aos ministros do rei aparecem “Ilmo.” e “Exmo. Sr.”, que se referem à segunda pessoa do discurso, de quem se exige formalidade, grau hierarquicamente semelhante. Neste caso, o uso do pronome é indireto (Sua Majestade). Não se fala com a pessoa, mas a respeito dela. Ao Rei D. João I, aparece sempre “Senhor”, denotando que quem fala quer demonstrar respeito, cerimônia com quem fala. Assim, “Vossa Majestade” é adequado para situação de extrema formalidade.

Infere-se que, apesar de o administrador se posicionar como alguém que, com os olhos de dentro, opina a partir de observações detalhadas, mantém a condição de súdito. É vassalo do rei, a quem deve respeito e obediência irrestritos. As ações não se desvinculam do discurso original (a Instrução), mantendo, assim a ‘rede de informações’ sobre as quais vão se manter os dois níveis de relação: entre o administrador regional e outros administradores no mesmo grau de hierarquia e entre o administrador da Colônia e a Metrópole, dadas a conhecer na correspondência oficial.

Cabe, agora, distinguir a noção de Colônia e de Metrópole, para que se possa visualizar o ponto de contato em cujo eixo gira o discurso de fronteira. Retomamos, para isso, a reflexão de Barros (1992) sobre Discurso e História, deslocando a teoria semiótica da narrativa para uma abordagem discursiva.

Entendemos, da mesma forma, que Colônia pode ser tomada,

sob o ideário de coletividade, contrapondo-se a indivíduo, civilização e exploração que se dá em relação à Metrópole, aquela que detém o poder, local de onde emanam as ordens, principalmente no século XVIII. Disputam, inicialmente, valores diferentes. De 'objeto-valor', o Brasil passa a objeto de necessidade. Ambos se ligam pela noção de dominação.

No nosso material de análise, a Colônia é manipulada pela Metrópole e levada a agir conforme os seus interesses. Com isso, ela se favorece, apagando quaisquer formas de manifestações. As Instruções são os preceitos legais do dominador, a autoridade estatal. Uma ligação reguladora dos sentidos. Constitui-se, assim uma história de 'pacto', tratos, tratados, onde se busca a conciliação diplomática e não o confronto.

Assim, se pode ver que a construção da noção de Colônia se dá pelo efeito que aparece na materialidade do discurso. Pela determinação histórica se fixa a relação colonizador-colonizado, cada qual com a sua voz. Esse efeito se produz através de um jogo de singularidades relacionado a um padrão-lá. A Colônia existe em relação à Metrópole, na dependência de uma nação fundadora que é referência para a constituição do outro. No sentido, portanto, de colonizar onde domina o interesse de explorar, povoar e dominar.

Nos discursos de Rolim e de Albuquerque há um misto de narração e de descrição, cujo funcionamento alia administração, ciência e política que, ao final do século XVIII, sofrem transformações, ocasionados também pela mudança de perspectiva na administração da terra. Não é simplesmente uma relação tipológica comum de narrar ou descrever, mas uma construção historicamente determinada de formas de discurso, referindo-se ao modo de construção da realidade brasileira.

Desta forma, estamos no âmbito de um discurso absoluto, que estabelece um jogo ambíguo de posição. Há uma única voz que comanda/administra, mas duas posições-sujeito: a de quem instrui, comanda, e a de quem é comandado/administrado. Ao assujeitar-se, produz um deslocamento, uma relação de dupla perspectiva. O administrador da colônia é tomado por outro olhar, o que lhe faculta agir como explorador. Posição de ambiguidade que dá o espaço de deslizamento. É o lugar da possibilidade do político que se fecha com o administrativo. Investido

do poder de mando, executa ordens, tomando para si a responsabilidade prescrita. Assim, o discurso traça a linha no mapa, por posições que intermediam nos relatos e, conseqüentemente, delimita a fronteira. É a força de um mundo que está se fazendo.

Pelos ditos mapas vera V. Exa. com mais clareza o que eu dizia a respeito da linha divisoria, e do comodo que fara a esta Capitania correr a dita linha pelos álveos dos rios Alegre e Aguapeí, que ambos me segurarão ser navegáveis em tempo de águas, e podem servir pelo tempo adiante a passarem-se fazendas desta vila para o Cuiabá [...]. (Carta de Rolim à Corte Real. Vila Bela, 5/9/1754, grifo nosso).

O jogo entre dizer/ver é forte. O mapa é a atestação possível pelo que está posto nas cartas e visível pelo discurso do administrador. Há, desta forma, uma voz a que o rei não tem acesso. O argumento das condições locais é o pretexto para fazer não exatamente como manda a Instrução, mas como a Instrução induz ao gesto de apropriação.

O lugar de onde fala o administrador é constitutivo do que ele diz, (a)ssegura o funcionamento do real existente. Está investido da força da regulamentação que o autoriza a construir o imaginário da situação de fronteira. Assim, a Metrópole providencia armar a Colônia de força, segurança e vantagem, para defender, reduzir o gentio à razão, para que não se constitua empecilho aos avanços e demarcações a partir dos preceitos legais. Ter vantagem sobre o gentio significa fortificar as canoas, que têm incursões decisivas na manutenção e defesa dos territórios.

Carlos Moura (1986), em estudos sobre esse tipo de transporte colonial, fala como as Monções eram atacadas pelos Paiaguá, canoieiros que pilhavam e aprisionavam as canoas. Desta forma, cada administrador escreve sobre a necessidade de armar os comboios aquáticos para atacar os índios, que usavam a estratégia como resposta ao avanço branco. O poder central esteve sempre atento aos ataques índios, pois constituíam constante ameaça às empreitadas de conquista e exploração da terra. Recomendava o emprego de embarcações armadas em guerra para comboiar as monções.

A força se personifica para que se instrua os homens e mantenha-se a ordem com ‘manobra’, movimento que se faz com alinhamento de homens, divisa de limites. São os efeitos da Instrução, dada a conhecer pelo olhar do administrador-explorador.

O jogo de ordenações se dá nos dois sentidos, caracterizando a manutenção do discurso da força que mantém o respeito à fronteira. Há, portanto, dois movimentos de fronteira: nos limites, indemarcáveis dos espaços móveis das águas e nas picadas, em terra, asseguradas pelos “dragões”. O mito se liga ao real para construir a narrativa que caracteriza o longínquo, misto de exotismo e barbárie.

O plano político-diplomático de defesa da fronteira, na época a mais ameaçada, se baseia nessa estratégia de navegação. A característica da região, alagada durante boa parte do ano, possibilita esse tipo de incursão e dá aos portugueses o poderio fluvial na fronteira. Plano que no governo imperial serviu para o patrulhamento do Rio Paraguai. O índio torna-se um grave problema para o branco. Assim, o foco do discurso se desloca para a sua extinção, o que contribuiu para o seu apagamento, pela necessidade de representação do novo espaço de configuração da colônia. Nessa formação discursiva, a resistência se dá pela força na seguinte proporção: o branco é violento porque o índio é descrito como bárbaro, selvagem. O extermínio aparece como conclusão lógica do processo de ocupação, onde o poder responde para além da posição de colonizador.

Como acontece quando se trata de fronteira, o discurso vai se orientar em duas posições. Para o exterior, como necessidade de dar conta dos atos mediante cumprimento das ordens superiores, e para o interior, à medida que vão comprovando os meios ‘eficazes’ para a consecução dos objetivos. Nos dois casos, as formulações das cartas são indícios dos objetivos do governo colonial, que tem no (des)respeito a divisão entre legalidade e ilegalidade.

O discurso do administrador visa à hegemonia da ação. Em ambas as direções, da Corte para a Colônia e desta para o rei, se produzem a supremacia do colonizador e o apagamento do colonizado. A relação se dá no âmbito do poder e das suas representações políticas. Produz um



conhecimento que tende, ao mesmo tempo: a) desenvolver o trabalho de administração, tendo uma função reguladora, de lei, gerando efeitos de administração; b) intercambiar informações para manter o governo, tendo assim, uma função política. A formulação é marcada pelo jogo das diferentes posições do sujeito e determinada pela vontade da verdade, pelas suas intenções, pelas evidências do sentido e pela ilusão referencial (a literalidade), como fala Eni Orlandi (1996a).

A concepção de fronteira aí pode ser vista como utilitária. Gera um instrumento de trabalho e de conhecimento que vai estimular o mecanismo da Instrução. O que nos leva a dizer que os administradores produzem o material local para municiar a Instrução. O lugar de onde fala é marcado social e ideologicamente ou, como diz Pêcheux (1975), o indivíduo é interpelado, constituído em sujeito pela ideologia. Deixa suas marcas no que produz, conforme a posição que ocupa.

As imagens da Colônia, portanto, funcionam como espaço de legitimação dessa função do administrador, definindo a sua posição.

## UM POUSO A(O)FINAL

Ah, quem escreverá a história  
do que poderia ter sido?  
Será essa, se alguém a escrever,  
A verdadeira história da Humanidade.  
Fernando Pessoa. *Pecado original.*

Sou o passado obscuro destas águas.  
Manoel de Barros. *O livro das ignoranças.*

Percorremos um caminho que agora nos faz retornar para demarcar os percursos dos objetivos e dos questionamentos que balizaram as reflexões sobre o discurso de constituição da fronteira de Mato Grosso.

Traçamos como objetivo fundamental analisar a relação política e jurídico-administrativa entre as Cartas produzidas pelos administradores da Província de Mato Grosso e as Instruções disciplinadoras de todo dizer produzido na Colônia que constitui o discurso da época da demarcação das fronteiras definitivas do Brasil.

Aliado a esse objetivo, fizemos o levantamento de algumas indagações que pretendem delimitar o encaminhamento da reflexão e contribuir para a compreensão do funcionamento de um discurso oficial estabelecido entre dois pontos geograficamente distantes, mas unidos pelo mesmo ideal de colonização, produzindo uma situação política de subordinação de um povo a outro.

Os recortes discursivos dos relatos, Cartas e Instruções e que serviram de base para o encaminhamento do percurso de análise estão apresentados integralmente no Apêndice, oferecendo o paradigma dos diferentes sentidos de fronteira que estão presentes na análise: a fronteira como imaginário; a fronteira como respeito; a fronteira como linha, traçado no mapa; a fronteira como força, guarnição militar; a fronteira como movimento, manutenção, penetração, povoamento; a fronteira como fortificação, construção, consolidação; a fronteira como

cumprimento de ordens, obediência, vassalagem; a fronteira como provas, atestação.

Parcialmente, a análise considera que essa correspondência constrói condições de produção de discursos que se sustentam mutuamente, se tocam nas semelhanças e nas diferenças configurativas da fronteira, inscrevendo-se no que se pode denominar de discurso da soberania de um país estabilizado dentro de uma relação colonial, constantemente atravessado por outros sentidos que são produzidos em situação em que o meio interfere.

Vimos também que a análise produzida a partir das cartas de Rolim e de Albuquerque, mostra uma diferença fundamental no funcionamento discursivo entre um e outro.

Em Rolim, os sentidos formulados restringem-se a uma visão puramente circunstancial. Age para um fim determinado. Uma retórica marcada pelo institucionalizado, enunciando sempre do lugar da corte; em Albuquerque, os sentidos produzem a visão do momento Iluminista, quando ciência, aventura e conhecimento se aliam para transformar o mundo. Assume uma posição de falar do lugar do Estado, ao mesmo tempo em que pressupõe uma configuração política de estadista, trazendo sentidos de um discurso que se pauta na obediência, mas com deslizes de manipular o já dito através de provas pautadas em observações pessoais.

Vejamos como funcionam essas diferenças.

Após a análise dos discursos produzidos por esses administradores coloniais, trazemos à tona as semelhanças e diferenças entre eles, através da consideração de alguns pontos que podem caracterizar a discursividade de cada um, tornando mais visível o que já foi feito durante o trabalho:

Rolim de Moura - o administrador a serviço da Corte:

- súdito obediente às determinações; obedece e não manipula o saber;
- retórica da vassalagem;
- dá princípio à demarcação com os cosmógrafos, projetos de demarcação - adentramento da linha divisória para além da prescrita

pelo documento legal;

- espera os resultados dos comissários (notícia e conhecimentos que tenho podido alcançar) e da Corte;
- usa do arbítrio que a Instrução lhe concede;
- contrapõe argumentos visando a demover o ‘destinador’ para outras conclusões (operadores do tipo ‘porém’);
- é comedido, precavido (receia ‘escandalizar’ os vizinhos castelhanos);
- é fiel às prescrições (na minha instrução se me ordena somente os peça ao Provincial do Brasil);
- dá conta por descargo da minha consciência;
- remete às patentes, como Sua Majestade me ordena;
- fala de um lugar institucional – imagem do administrador servil;
- age com a certeza de quem domina.

Luiz de Albuquerque – administrador e cientista a serviço do Estado:

- súdito do rei; obedece e manipula o saber;
- retórica da vassalagem, sendo mais exacerbado nos elogios e na sua posição de súdito;
- faz as observações a partir do trabalho coletivo da Comissão, portanto, marcado pela cientificidade;
- prova com observações e cálculos o contrário do que está prescrito nas “reais ordens”. O conhecimento altera as ordens régias. Constrói registros e forma as memórias;
- soma argumentos para fortalecer suas colocações, observadas e comprovadas matematicamente (operadores do tipo: ‘não só ... mas também’);
- não receia abandonar todos os meus primeyros projectos e dar principio aos outros novamente ordenados;

- é fiel às prescrições: em consequência das reais ordens; a este fim fui logo indagar;
- dá conta para aprovação dos engenheiros e depois da Corte. Configura após observações pessoais conforme o sistema mais aplaudido;
- envia o plano com as memórias registradas no local. São apontamentos fiéis do observado e do vivido;
- fala de um lugar institucional para sustentação da posse;
- vantagem política de ocupação;
- obra de solidez e duração.

Embora as duas posições estejam legitimadas pelo poder de falar em nome do rei, entre Rolim e Albuquerque o sentido de fronteira é regulado pelo conhecimento afetado sócio-historicamente. Em Rolim está a obrigação de manter o espaço conquistado, assegurando as prescrições do tratado de limites para a manutenção da fronteira. Cumpre o já dito; em Albuquerque, aparece o militar/estadista que, além de manter o que já está conquistado, avança, penetra no até então impenetrável, conciliando os extremos. Ao mesmo tempo em que in(en)forma sobre as novas terras, re-afirma a cultura europeia. Ação, desta feita, muita mais verticalizada – um “programa” de construção da fronteira.

Desta forma, em Albuquerque presentifica-se o súdito que acaba tendo uma ousadia maior nessa relação. Cria para o reino e não para o rei. Cria para alterar o sentido da própria administração, o que se pauta nas condições ideológicas da época e na mudança do paradigma político. Aqui o respeito está no conhecimento.<sup>37</sup>

Os discursos podem se relacionar de diversas maneiras. Estes que estamos analisando vão se articular na ambiguidade. Embora as Cartas retomem as questões das Instruções, há um deslizamento de sentidos, criando um espaço em que aparece o administrativo (fazer do

---

<sup>37</sup> Reportamos aqui às conversas com a Profa. Dra. Maria do Socorro Araújo, do Departamento de História da UNEMAT/Cáceres-MT, a quem agradeço a socialização deste livro.

modo como está dito) e o político (des-viar do que está dito).

Desta forma, ora retomam/sustentam, ora aliam os interesses de ambos os lados. Isto quer dizer que o administrador, ao mesmo tempo em que respeita o poder central, constrói o seu próprio poder na colônia. Há uma dependência recíproca de interesses, um acordo tácito, uma aliança e uma diferença que se dá no mesmo campo de produção dos sentidos.

Tal como foi feito no percurso deste livro, consideramos as Cartas e as Instruções como instâncias discursivas entre a Colônia e a Metrópole. As Cartas se fazem no plano da oficialidade do político – cumprem o preceituado na Instrução e dão conta das ordens emanadas delas através dos planos e dos relatórios, As Instruções ficam no plano do jurídico-administrativo, preceituando as linhas mantenedoras das ações na colônia. A sua eficácia se explica, ainda, pelo poder socializador – os administradores se colocam como “instrutores”, pois passam suas instruções a outro, ao seu sucessor, tomado pelo ambiente e assujeitado a ele, gerando deslocamento de posições e de sentidos.

Desta forma, os discursos são produzidos em lugares diferentes, marcados por olhares diferentes, o que dá o deslizamento dos sentidos, facultando que os sentidos do dizer de um administrador deslizem mais que o outro. O que vai marcar a diferença entre Rolim e Albuquerque é, justamente, o grau de formação humanística e científica de cada um.

Na constituição da fronteira de Mato Grosso, o discurso e a história constroem diferentes representações linguísticas que revelam diferentes formações discursivas relativas ao funcionamento do discurso do poder e dos mecanismos que acionam para promover o assujeitamento à ideologia.

As Cartas dos administradores da Colônia estão afetadas por essas condições sócio-históricas que são diversas das Instruções, cujos efeitos estão voltados para os resultados produzidos pelas cartas/relatórios que vão daqui. Esses relatos vão constituir/construir os mapas e o imaginário da terra e do povo.

Os sentidos se colocam, assim, em perspectivas de produção diferentes, mas com os mesmos princípios norteados pelas Instruções:

ocupar, conservar, avançar, que mantém o fio do discurso do poder e da soberania, constituindo os limites do Estado.

A distinção entre os discursos nos possibilita perceber especificidades do lugar e do modo de significação enquanto administradores coloniais a serviço do reino. Falam de lugares diferentes, mas não de modos diferentes. Nessa relação se instaura a tensão no/pelo discurso.

Nossa análise concluiu que os instrumentos utilizados para assegurar a posse das terras conquistadas pelos lusos, no século XVIII, constroem uma empresa de colonização no interior do Brasil, na coexistência de sentidos que se contradizem e se complementam em diferentes regiões do interdiscurso, significando em dois lugares distintos: o do reino, que se coloca na posição de colonizador e o do espaço da administração colonial, que explora e traça os contornos das terras. Duas posições que compõem o mecanismo de configuração e desenho do traçado oficial do país, assegurado também pelo processo de nomeação que, pelo ideológico, constrói as relações coloniais e, conseqüentemente, legitima o real da fronteira, tornando-a reconhecida pelo poder central.

Assim, fronteira pode ser pensada não como espaço estratificado de sentidos, mas atravessado por contradições típicas do processo histórico e que mostram a forma como fomos construídos por um discurso oficial composto de Cartas/relatórios e Instruções, legitimando a política de delimitação proposta e o lugar de interpretação.

Não se trata de ver somente a diferença entre as formas de registros, mas a relação que constrói esses dizeres sobre a governabilidade de uma região, de um Estado. Mato Grosso se faz na passagem e nos espaços momentaneamente ocupados. É, portanto, ação de mobilidade administrativa rigorosamente controlada por discursos do poder central.

Como dissemos na seção III, a fronteira está no jogo discursivo entre a legalidade e a ilegalidade. Há que se respeitar as terras de fronteira, contudo o movimento de continuar avançando possibilita o (des)respeito guarnecido pelas prescrições régias. A ocupação gera o ato diplomático dos tratados que, por sua vez, já se tornam obsoletos pela

própria necessidade posta pelo projeto de ocupação.

Nesse jogo se regula o sentido da fronteira e da colonização. Há um poder central, cuja função é regular, legislar, que determina a ação humana na colônia e há também um poder administrador, que exerce a ação política de assegurar o que está dito e construir um novo poder, descentralizado.

Cartas/relatórios, Tratados, Instruções podem ser vistos como discursos que fundam a discursividade do poder e das estratégias de administração. Funcionam como referências no imaginário constitutivo do Estado e do país, visíveis nos/pelos efeitos de sentidos que fazem esse discurso funcionar.

A oficialidade marca o lugar do cumprimento do que está preceituado, mas não garante o respeito à fronteira. O ato falha pela prática ideológica que faz a transgressão caracterizar o fato de ser brasileiro.

Quando aflora a condição de povo colonizado por um processo de apropriação política e jurídico-administrativa, a situação de subjugado ao estrangeiro deixa explícito o discurso do colonizador e o seu poder legitimador durante todo um período em que se manteve como voz única. Essa ascendência encobre a existência de interdiscursos que silenciam o outro, teimando em se fazer significar nos des-vãos da língua, nos quais as palavras resistem e se fazem significar em outros lugares, de variadas formas.

Levando-se em consideração que somos constituídos por discursos, o olhar de fora que nos construiu historicamente faz re-ver os sentidos colonialistas que ainda nos atravessam, refletindo um mundo de ilusórios discursos de igualdade e de liberdade. Assim, a compreensão de parte da formação de Mato Grosso, na perspectiva discursiva, poderá contribuir com outros estudos para que, no confronto com outros pontos de vista, façam surgir novos sentidos, permitindo estabelecer variados lugares de entendimento do processo de constituição das identidades dos povos.



## POSFÁCIO

Este livro tem uma história. O texto dela decorrente também. Preparei-o alguns anos após ter defendido as ideias aqui expostas numa banca de defesa de Mestrado em Linguística, no Instituto de Linguagem da Universidade Estadual de Campinas que, na época, firmava o primeiro convênio de cooperação interinstitucional com a Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT, para capacitação do seu corpo docente. O grande centro de produção acadêmica rompia seus muros e acreditava numa Instituição “de margem”. Uma parceria que permanece em dimensões cada vez mais verticalizadas e profícuas através do Programa de Pós-Graduação em Linguística/PPGL/UNEMAT/Cáceres, posteriormente ampliado pelo convênio com a Universidade de São Paulo/USP, que concretizou o Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários/PPGEL/UNEMAT/Tangará da Serra.

Salvo algumas correções no percurso da escrita, mantive o texto em sua totalidade original. Parodiando Alfredo Bosi (1992), em *Dialética da colonização*, sem emendas que pudessem parecer remendos novos em roupa usada, mas que sobrasse o caráter da autenticidade dos caminhos da construção científica daquele momento, um dos mais significativos na história da minha formação intelectual.

A novidade é que retornei ao texto por uma imperiosa necessidade advinda do Mestrado Profissional em Linguagem - PROFLETRAS/UNEMAT, ocasião em que se revitalizam as “rodas de conversas” interdisciplinares, por acreditar na força do trabalho coletivo metaforizado. Por isso, estas reflexões se reatualizam e possam, ainda hoje, produzir sentidos outros.

À época da escrita do texto me aventurei pelos caminhos da Análise de Discurso de onde retornei com novas perspectivas. Com formação em Estudos Literários, só me foi possível concretizar a proposta inicial graças à Professora Doutora Eni Orlandi (IEL/UNICAMP) com quem reconheci o sentido mais profundo do termo “orientadora”. Seus

apontamentos e sugestões deram forma às reflexões sobre a constituição da fronteira oeste de Mato Grosso, no Setecentos dos Capitães-Generais. Ler um texto de arquivo redimensionou meu olhar para outros lugares de produção na perspectiva das “clivagens subterrâneas” de que fala Michel Pêcheux, que nos fazem interessar pelos “bancos de dados”, tanto os de um passado histórico, quanto os do presente disponíveis nas redes da internet para serem interpretados.

Por esse trabalho conjunto, pela partilha fecunda e amizade crescente, a ela sou grata por me manter intrinsecamente ligada à minha área de formação e pelos encaminhamentos rumo à universalidade do pensamento e ruptura das fronteiras entre as áreas que corroem o trabalho docente.

Por isso, ao apresentar os resultados da pesquisa em forma de livro é a ela que dedico estas reflexões, talvez imaturas e fragmentadas, mas que me foram fundantes, funcionando como os prefácios para Ítalo Calvino: um espaço de re-visão, mas também de re-encontro com outras temporalidades, dando-me novamente o prazer proporcionado pela releitura.

Na simbólica relação professor/aluno, ficam-me as marcas daqueles (bons) orientadores que continuam *ad infinitum*, reverberando sentidos conjuntos, livres das sorradeiras vaidades humanas.

Cáceres-MT, janeiro de 2017.

# FRONTEIRAS: ESCRITURAS DO MOVIMENTO

Vera Maquêa (UNEMAT/Cáceres)

Numa longa carta enviada a Carlos Drummond de Andrade, em 10 de novembro de 1924, Mário de Andrade escreveu: “Eu não amo o Brasil espiritualmente mais que a França ou a Cochinchina. Mas é no Brasil que me acontece viver e agora só no Brasil eu penso e por ele tudo sacrifiquei”. Como por toda sua vida, Mário chamava a atenção do jovem poeta mineiro sobre a necessidade de se interessar pelo Brasil.

Poderíamos ouvir ainda hoje Mário de Andrade afirmando que os cientistas brasileiros são especialistas em Oriente Médio, em clima na Antártida, mas pouco ou nada se interessam pelo que ocorre ali ao lado. Ainda falta no Brasil um verdadeiro interesse pelas suas questões, esse gigante de paradoxos e de contradições, de contornos turvos e transparentes.

Como que ouvindo o poeta modernista, Olga Maria Castrillon-Mendes nos apresenta uma obra em que se lança a investigar discursos produzidos sobre a fronteira do Brasil, no século XVIII, fronteiras múltiplas e móveis, cujos sentidos acompanham os interesses da coroa portuguesa, ao mesmo tempo políticos e econômicos. São documentos e cartas, relatos de viagem e todo tipo de material gerado pela experiência histórica das relações entre a metrópole portuguesa e a colônia que formam o trabalho de sapa da pesquisadora.

A paixão pela literatura de viagem é um traço fundamental na produção intelectual de Olga Maria. Sua inclinação por relatos de viagens e narradores, cronistas, trazem à tona duas ligações amorosas: o apreço pela terra e pela gente de Mato Grosso, por um lado e, de outro, o gosto incontornável pela literatura. Daí a escolha de cartas de Rolim e Albuquerque para a realização de parte da análise.

O texto, também tomado pela arte de narrar, entrega ao leitor um precioso material de história, política e linguagem. E juntando as cartas lidas à carta de Mário a Drummond, a autora nos desafia a olhar

para o passado de Mato Grosso e do Brasil, na busca de compreensão da nossa própria constituição, assim como de nossas identidades que, como as fronteiras, são múltiplas e plurais.

## BIBLIOGRAFIA

AMADO, Janaína. La séduction de l'autre: premiers intermédiaires de l'Empire portugais. In: *Naissance du Brésil moderne. 1500-1808*. Colloque de l'Institut de Recherches sur les civilisations de l'Occident Moderne. Sorbonne Les 4 et 5 mars, 1997.

ANTERO DE QUENTAL. Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos. Discurso pronunciado na noite de 27 de maio, na sala do Cassino Lisbonense. In: *Prosas escolhidas*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1942.

BARBOSA DE SÁ, Joseph. *Relação das povoaçoens do Cuyabá e Mato Grosso de seos principios thé os presentes tempos*. Cuiabá: Edições UFMT/SEC, 1975.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Discurso e história: colonização e heróis nacionais*. Cruzeiro Semiótico. Associação Portuguesa de Semiótica. Nº 16, janeiro, 1992.

BARROS, Manoel de. *Gramática expositiva do chão*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

\_\_\_\_\_. *O livro das ignorâncias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

\_\_\_\_\_. *Retrato de artista quando coisa*. Rio de Janeiro, Record, 1998.

\_\_\_\_\_. *O pantanal por Manoel de Barros*. Campo Grande MS: Saber Sampaio Barros Editora Ltda, s/d.

BELLUZO, Ana Maria. A propósito d'O Brasil dos viajantes. In: *Revista USP*. Dossiê Brasil dos Viajantes. Nº 30, jun., jul., ago. São Paulo: USP, 1989.

BOAVENTURA, Tomás de A. S. *Limites no Mato Grosso colonial: período albuquerqueino (1772-1789)*. Comunicação no IV Seminário de Pesquisa, Departamento de História/PROED, 1987.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAMÕES, Luís de. *Os lusíadas*. Edição Comentada. Rio de Janeiro:

Biblioteca do Exército, 1980.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira* (momentos decisivos). V. 1 (1750-1836). 8. ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997.

CASTRO ALVES. *Esteira de espumas*. Coleção clássicos de ouro. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

CORREA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1926.

COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga. Gomes Freire de Andrade, o 1º Capitão General de Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso* comemorativa aos 250 anos da Capitania de Mato Grosso. Tomos CXLVI Ano LXX.

COSTA, Maria de Fátima. *Notícias de Xarayes: Pantanal entre os séculos XVI a XVII*. Tese de doutorado. Departamento de História/USP, 1997.

\_\_\_\_\_. *A história de um país inexistente: pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999.

COURTINE, J.J. Quel object pour l'analyse du discours?. In: *Matérialités discursives*. Colloque des 24, 25, 26, avril 1980.

\_\_\_\_\_. *Chroniques de l'oubli ordinaire*. Sediments 1. Montreal, 1986.

COURTINE, J.J. e HAROCHE, C. O homem perscrutado: semiologia e antropologia política da expressão e da fisionomia do século XVII ao século XIX. In: *Sujeito e Texto*. Eni Orlandi [et al.]. São Paulo: EDUC, 1988 (série cadernos PUC-31).

DIAS, Luiz Francisco. Ser brasileiro hoje. In: ORLANDI, Eni. (Org.). *Discurso fundador*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1993.

FAULHABER, Priscila. *O lago dos espelhos: um estudo antropológico das concepções de fronteira a partir do movimento dos índios em Tefé/AM*. Tese de doutorado. Departamento de Ciências Sociais do IFCH/UNICAMP. Novembro, 1992.

FERREIRA, Maria C. Leandro. Nas trilhas do discurso: a propósito de

leitura, sentido e interpretação. In: ORLANDI, Eni. (Org.). *A leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1998.

FIGUEIREDO, Cândido. *Dicionário da língua portuguesa*. 14. ed. V. I. Lisboa, Livraria Bertrand; Rio de Janeiro, Ed. Mérito S/A, 1947.

FREIRE, B. S. da Silva. *Águas de visitação*. 2. ed. Cuiabá-MT: Edições do Meio, 1980.

\_\_\_\_\_. *Presença na ausência do tempo*. Organizador Wlademir Dias Pino. Cuiabá-MT: Edições Universidade Federal do Mato Grosso, 1991.

FREITAS BARROS, J.C. *Um quadro e uma figura: o Mato Grosso e Luís de Albuquerque*. Excerto de uma conferência que devia ser proferida em São Luís de Cáceres (Brasil) pelo autor. Lisboa, 1952.

FREYRE, Gilberto. *Contribuição para uma sociologia da biografia: o exemplo de Luiz de Albuquerque governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*. Edição da Fundação Cultural de Mato Grosso (em comemoração ao bi-centenário de fundação das cidades de Corumbá e Cáceres), 1978.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUIMARÃES, Eduardo. *Terra de Vera Cruz, Brasil*. Cultura Vozes. Nº 4, julho/agosto, 1992.

HENRY, Paul. Os Instrumentos teóricos da Análise Automática do Discurso de Michel Pêcheux. In: GADET, F., e HAK, T. Trad. Bethania S. Mariani [et al.]. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. *Diários de viagem*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. *A discussão do sujeito no movimento do discurso*. Tese de doutorado. Campinas, Unicamp, 1998.

MARIANI, Betânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*, Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Unicamp, 1998.

MARTINS, Oliveira, J. P. Causas da decadência dos povos peninsulares. In: *História da civilização ibérica*. 5. ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1909.

MEIRELES, Denise Maldi. *Guardiães da fronteira: Rio Guaporé, século XVIII*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

MENDES, Natalino Ferreira. *História de Cáceres: História da administração municipal*. Tomo I. Cáceres, 1973.

\_\_\_\_\_. Luiz de Albuquerque e o bicentenário de Poconé. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Tomos CXV-CVI, Cuiabá, 1981.

\_\_\_\_\_. *Marco do Jauru*. Palestra proferida no 66º Batalhão de Infantaria Motorizado. Cáceres-MT, 17 de junho de 1981.

\_\_\_\_\_. Cáceres: origem, evolução e presença da força armada. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*. Suplemento Cultura. Números 15 e 16. Cuiabá-MT: Imprensa Oficial do Estado de MT, 1992.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Foucault e a geografia. In: TRONCA, Ítalo. (Org.). *Foucault vivo*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

MOURA, Carlos Francisco. *D. Antonio Rolim de Moura: primeiro Conde de Azambuja (biografia)*. Cuiabá: UFMT. Imprensa Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. *A contribuição naval à formação territorial de extremo oeste (Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul)*. Rio de Janeiro, 1986.

NETO, João Antônio. Abordagem à Literatura de Mato Grosso. *Revista Educação em Mato Grosso*. Nº 15, 1982.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. *Cidades de fronteira*. Texto do Projeto



Integrado de Pesquisa “Movimentos populacionais, culturas e cidades na Amazônia mato-grossense”. Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso. CNPq (1999-2000).

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: La problématique des lieux. In: LIPOVESTKI, G. *L'ére du vide*. Garnier, Flammarion, 1984.

NOVO DICIONÁRIO ENCYCLOPEDICO LUSO-BRASILEIRO, organizado, publicado pela Livraria Lello sob a direção de João Grave e Coelho Netto, s/d.

NUNES, José Horta. *Formação do leitor brasileiro: imaginário da leitura no Brasil colonial*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_. *Discurso e instrumento linguístico no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários*. Tese de doutorado. Campinas, SP: Unicamp, 1996.

OLIVEIRA MARTINS, J. P. Causas da decadência dos povos peninsulares. In: \_\_\_\_\_. *História da civilização ibérica*. 5. ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1909.

ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Terra à vista*. Discurso do Confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. Vão surgindo os sentidos. In: *Discurso fundador*. Campinas, SP: Pontes, 1993a.

\_\_\_\_\_. *O discurso dos naturalistas*. Cultura Vozes, nº 01. Jan./fev., 1993 b.

\_\_\_\_\_. *A natureza e os dados: a constituição histórica de um modelo de pesquisa de campo*. Cad. Est. Ling., Campinas, (27): 47-57, jul/dez, 1994.

\_\_\_\_\_. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996a.

\_\_\_\_\_. *Discurso e leitura*. 3. ed. Cortez, Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1996b.

\_\_\_\_\_. *Leitura e discurso científico*. Labeurb/Nudecri. (mimeo).

\_\_\_\_\_. *Discurso e argumentação: um observatório do político*. Fórum Linguístico. Florianópolis, v. 1. N° 1. Maio, 1998.

\_\_\_\_\_. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PAULO PRADO. *Paulística*. Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro, 1972.

\_\_\_\_\_. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PAYER, Maria Onice. *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. Tese de doutorado. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

PÊCHEUX, Michel. *Delimitações, inversões, deslocamentos*. Trad. José Horta Nunes. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, n.19, jul./dez., 1990

\_\_\_\_\_. *Ler o arquivo hoje*. Trad. Maria das Graças L. Morin do Amaral. In: ORLANDI, Eni. (Org.). *Gestos de leitura da história no discurso*. Trad. Bethania S. C. Mariani [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi [et al.]. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PECHEUX & FUCHS. *A propósito da AAD: atualização e perspectivas*. In: GADET, F., e HAK, T. (Orgs.). Trad. Betânia S. Mariani [et al.]. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PEREIRA LEITE, Luis-Philippe. *Vilas e fronteiras coloniais*. São Paulo: Resenha Tributária, s/d. (a).

\_\_\_\_\_. *Forquilha: o fundador e a padroeira*. Composto e impresso na Casa da Moeda do Brasil. S/d (b).

PESSOA, Fernando. *Tabacaria e outros poemas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

PÓVOAS, Lenine Campos. *História geral de Mato Grosso: dos primórdios à queda do Império*. V. 1. Cuiabá-MT, 1995.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira [et al]. *O Processo histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: Ed. UFMT, 1990.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TAUNAY, Visconde de. *A cidade do ouro e das ruínas*. (Matto-Grosso, antiga Villa Bella. O rio Guaporé e sua mais illustre vigtima). 2. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1923.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Núcleo de Documentação Histórica e Regional. *D. Antônio Rolim de Moura, primeiro Conde de Azambuja*. Correspondências. V. 1. Cuiabá, Imprensa Universitária, 1982. (Coleção Documentos Ibéricos - série capitães-generais).

VIRGÍLIO. *A Eneida*. São Paulo: Paumape, 1993.

VOLPATO, Luiza Rio Ricci. Quilombos em Mato Grosso: resistência negra em área de fronteira. In: *Liberdade por um fio*. REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. *Um estranho no ninho: entre o jurídico e o político: o espaço público*. DL/IEL e LABEURB/NUDECRI. Unicamp, FAPESP, 96/4136-7.

\_\_\_\_\_. É o nome que faz fronteira. In: INDURSKY, Freda. (Org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Coleção Ensaios do CPG. Letras/UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. *Camelôs e o direito à cidade*. Associação Nacional Regional da ANPUR, Recife, 1997.

# APÊNDICE

## RECORTES DISCURSIVOS DOS RELATOS, CARTAS E INSTRUÇÕES

### Rolim de Moura

Os recortes dos relatos e cartas dos capitães-generais, bem como as Instruções da Corte, abaixo colocados, resultaram de uma criteriosa seleção que pudesse garantir o quadro dos paradigmas das ideias aqui desenvolvidas, compor o imaginário decorrente do processo de colonização e facilitar outras pesquisas. Alguns foram utilizados na seção da análise, mas o conjunto deles forma um significativo panorama do universo discursivo dos administradores coloniais.

#### **Fronteira como Imaginário:**

- 1- ouro com tanta grandeza;
- 2- gente e gado é pouco e faltam remédios;
- 3- irregularidade do clima (tem friagens rigorosíssimas e é muito quente);
- 4- trabalho e perigos do caminho;
- 5- extraordinárias despesas, distância e pouca comunicação;
- 6- “dilatado sertão”, distâncias das minas (distância e vagar das tropas);
- 7- no MT há boas terras de planta, abundância e fortuna;
- 8- ruindade dos caminhos no tempo das águas;
- 9- despesas com a criação da Vila do Mato Grosso (Vila Bela);
- 10- ouro em muita conta nas fundações para construir canais condutores de água;
- 11- pantanal embaraçado, rios violentos, grandes cachoeiras para ultra-

passagem;

- 12- grandíssima dificuldade com as canoas. E só é possível com elas;
- 13- despesas com o 'quinto', soldos dos oficiais e soldados aumentadas com os cavalos para a companhia e as casas de Fundação, acrescidas ao estabelecimento da Vila de Mato Grosso (Vila Bela) e das Missões (escassez de ouro X privilégios da corte = desequilíbrio das finanças);
- 14- "Esse grande rio (Paraguai) já aqui leva bastante largura, e forma seus pantanais [...] de duas léguas que em tempo de águas se passa com ele pelo peito, e em partes a nado, mas eu o passei ainda tão seco, que a não tive para beber [...]";
- 15- "as terras minerais são demarcadas pelos Intendentes (delimitação das fronteiras internas) [...] porque não pertencem menos aos Ministros encarregados da administração da Real Fazenda as terras minerais do que as plantas cujas sesmarias tocam aos Intendentes demarcarem-nas".

### **Fronteira como respeito:**

- 1- "Mas o principal motivo que tive foi para que fizessem respeito à vila, que como V. Excelência me adverte se deve reputar como terra de fronteira". (Carta de Rolim a Corte Real. Vila Bela da SS. Trindade, 28 de maio de 1752);
- 2- "Pelos ditos mapas verá V. Excelência com mais clareza o que eu dizia a respeito da linha divisória, e do comodo que fará a esta Capitania correr a dita linha pelos álveos dos rios Alegre e Aguapeí [...]". (Carta de Rolim à Corte Real. Vila Bela, 5 de setembro de 1754);
- 3- "[...] não acho nele (tratado) cláusula alguma que obrigue a conter-se nem uma das partes nos limites que ele prescreve, antes de os comissários determinarem a linha que deve servir de divisão, e barreira a ambos os domínios". (Carta de Rolim a Corte Real. Vila Bela, 28 de maio de 1752);

- 4- “Assim como os castelhanos tem [...], assim também vários portugueses se acham estabelecidos [...] e as terras [...] já foram descobertas e pisadas há cinco anos pelos nossos sertanistas em fé do que levantaram nela a cruz [...] enquanto não chegam os comissários assim também nós podemos nos aproveitar das riquezas das terras de que estamos de posse, até ao mesmo tempo” (Idem);
- 5- “A conclusão de tratado tira presentemente o receio [...] e a experiência tem mostrado, que cláusulas nenhuma bastam a garantir a sua observância [...]” (Idem).

### **Fronteira como linha, traçado no mapa:**

- 1- “[...] o Mato Grosso é de uma importância pela situação em que está tão vizinha aos castelhanos, cujos Missionários se vem chegando muito para nós, e já tem aldeias na banda de cá [...]”. (Carta de Rolim a Corte Real. Cuiabá, 27 de junho de 1751);
- 2- “[...] logo que vim para estas minas pelo mesmo caminho vim fazendo observações dos rumos e apontamentos [...]”. (Correspondências, v. 2 p. 64);
- 3- “[...] correm ambas (serra do Aguapeí e serra do Paraguai também conhecidas como dos Chiquitos) de duas paralelas de sul ao norte por aquele espaço por onde eu pretendo seja a linha divisória”. (V. 2, p. 117);
- 4- “[...] e remeto a própria para por ela constar a certeza da situação de marco na Barra do Jauru, por ser ponto fixo, e que deve governar a linha divisória daí até e Sararé [...]”. (V. 2, p.66);
- 5- “[...] porém sempre na dita linha pontuada tem V. Excelência a figura do caminho, e a proporção com menor erro [...] que é fácil fazer-lhe por meio da altura fixa da Barra do Jauru, ficará sofrivelmente exato”. (V. 2, p. 70);
- 6- “[...] e agora tornarei a propor o projeto de demarcação, que vem a

ser entrar a linha divisória pelo rio Capivari até as suas cabeceiras, seguir pelo cume da Serra Grão Pará, até onde faz focinho fronteando ao Alegre, cortar a ele na direita da Serra da Gaíba, atravessar para o Aguapeí, depois de ter corrido pelo álveo do outro até as suas cabeceiras, ou perto delas descer pelo álveo do Aguapeí até a direção da linha que vem do marco; e encaminhar-se ao mesmo marco, deixando todo o rio Jauru da nossa parte, conforme o tratado, porque assim salvavam-se os sítios que estão para baixo do Sararé, ao que me parece favorece o tratado, determinado que cada qual ficará com o que tem ocupado”. (V. 2, p. 76);

- 7- “O embaraço que a elas se lhes põe, é unicamente não haver caminho [...] mas como em quanto as demarcações se não concluem estão estas duvidosas e não sei em que virão a parar, não quero que tenham mais portas cá para a Capitania, do que a do rio, que por essa não é fácil entrarem [...]”. (V. 2, p. 203);
- 8- “Tanto por esta causa (comunicação e transporte) como pela vizinhança em que aquele sítio (Jauru) está dos castelhanos [...]”. (Carta de Rolim a Corte Real. Vila Bela, 28 de maio de 1752).

### **Fronteira como força, guarnição militar:**

- 1- “Estou esperando as listas para formar outras duas companhias de pardos e pretos separadamente [...]”. (Idem);
- 2- “A estes (sertanistas) mandei assentar praça com o título de Aventureros, dando-lhe o soldo de dragões sem farda”. (Rolim, 30/9/1762);
- 3- “Tem mostrado a experiência que para se guardarem diamantes necessitam os guardas de dragões serem acompanhados, por soldados pedestres, e ainda em todas as mais diligências lhe são úteis [...]”. (Rolim, V. 2, p. 36);
- 4- “[...] fortificar naquele Distrito (Jauru) tão exposto a entradas [...]”. (Carta de Rolim à Corte Real. Cuiabá, 27/6/1751);

- 5- nomeação de Provedores da Fazenda e Intendentes (arrecadação e superintendência das terras minerais);
- 6- defesa com tropas e comboios, fortificação, armamento de canoas, artilharia e “pecinhas de amiudar”;
- 7- instrutor para os soldados (ajudante de artilharia que “sabe riscar suficientemente os mapas”);
- 8- inspeção à pé (comitiva) e nas canoas;
- 9- navegação como propriedade particular (“pelo qual esse rio é privativamente nosso até [...]”);
- 10- fundação de fortaleza no Guaporé e “registros”, “em lugar vantajoso”;
- 11- espionagem, contrabando, patrulhamento. (V. 1, p. 70 e 84);
- 12- “[...] o empenho do dito Senhor (Sua Majestade) é de conservar e aumentar esta Capitania”;
- 13- redução do gentio Paiaguá (“reduzir a viver racionalmente”).

### **Fronteira como movimento, manutenção, penetração, povoação:**

- 1- “Pelo que me parece pelo meio mais eficaz, mais próprios às circunstâncias presentes [...] é usar S. M. Com ele o que usou com Rio Grande e Santa Catarina, pois é também fronteira [...]”. (Carta de Rolim a Corte Real. Cuiabá, 27/6/1751);
- 2- “[...] por em prática aquela navegação (Jauru)”. (Carta de Rolim a Corte Real. Vila Bela, 28/5/1752);
- 3- privilégios e isenções, franqueamento da comunicação, construção de canal para condução de água, convite a moradores e mineiros para incremento da povoação, movimento das minas, proibição dos diamantes;
- 4- pelo Pará, vinda dos Missionários “para as mais aldeias que se houverem de fundar”;
- 5- “[...] parecia conveniente fundar-se naquela (Jauru) alguma povoação”;



ção, saindo para servir de interposto, aos que de Cuiabá e Ararita-  
guaba vierem a estas minas ou daqui forem para lá, como também  
para fortificar aquele Distrito tão exposto a entradas [...]”.

### **Posição do administrador:**

- 1- “[...] dar princípio com os cosmógrafos à demarcação o que me pôs em grande dúvida sobre o que faria, receando escandalizar nesta ocasião aos novos vizinhos (castelhanos) indo minerar terras que pelo tratado lhe ficam pertencendo, porém moveram-me as razões a não suspender a ordem que havia (Gomes Freire de Andrade) dado”. (Carta de Rolim à Corte Real. Vila Bela, 28/5/1752);
- 2- “[...] se por incúria minha perder a Coroa alguma vantagem não haverá meio de recuperá-la” (Idem);
- 3- “Também não foi escolhido o lugar para a Vila (Vila Bela) pela forma que a dita ordem prescreve, porque V.M. na minha Instrução deixa essa escolha ao meu arbítrio [...]”. (Idem);
- 4- “[...] como V. Excelência poderá ver ao mesmo tempo que pelas contas que pelo Conselho Ultramarino há de constar o pouco zelo e o pouco escrúpulo com que aquele Ministro despendeu a Real Fazenda [...]”. (Idem, p. 99);
- 5- “[...] porque na minha Instrução se me ordena somente os peça ao Provincial do Brasil”;
- 6- “Isto é o que se me oferece dizer a V. Excelência do estado presente e esperanças para o futuro desta Capitania conforme as notícias e conhecimentos que tenho podido alcançar dela sobre o que espero as ordens de V. Excelência para que ela possa ter aumento que S.M. deseja e é conveniente à sua Coroa”. (Idem p. 57-8);
- 7- “Na Instrução que S. M. foi servido mandar me dar para me reger neste governo, me ordena [...].”;
- 8- “Sem embargo de que pelas contas que a V. Excelência dou e ao Con-

selho Ultramarino conheceu S.M. [...] se me faz preciso dizer a V.Excelência em suma por descargo de minha consciência bem do serviço de S.M. e do comum deste povo [...]”. (Idem p. 59);

- 9- “Para dar cumprimento as ordens de S.M. saí do Cuiabá a três de novembro e cheguei à passagem do Paraguai a dezenove”;
- 10- “[...] pelo Conselho Ultramarino remeto as patentes como S.M. me ordena na minha Instrução [...]”. (Idem p. 77).

## **Albuquerque**

### **Fronteira como fortificação, construção, consolidação.**

- 1- “Relaçoes de varias disposiçoens ou comodidades ao lugar da barra que forma o piqueno rio chamado dos Mequens; no qual devia ser erigida a nova feitoria de comercio detreminada pelas primeyras ordens de Sua Majestade [...] cuja relação se achava destinada a unir ao piqueno plano topographico [...]”. (Carta de Albuquerque ao marquês de Pombal. Rio da Madeyra, 12/2/1774);
- 2- “Finalmente o referido Governador, não podendo pela estreiteza do tempo e pelas muitas ocupaçoens actuais formar agora huma separada relação semelhante a esta de todas as noticias que dizem respeito ao lugar da Conceyção ou aquelle da sua vezinhança que S.M. manda ocupar com a nova fortaleza [...]”. (Idem);
- 3- “Mas enfim assentado se de comum acordo que seria hum prejuizo certo e muito consideravel o estabelecer huma obra semelhante que deve ser de solidez e duração num sitio que inundará completamente nas cheias grandes, conforme agora se principia a observar [...]”. (Idem);
- 4- “O rio Jauru neste sitio não é muito largo mas profundo; passa-se em canoa, vai fazer barra no Paraguai na forma que está dito, aqui se

conserva o antigo regimento com hum destacamento [...]” (Descrição da viagem de Albuquerque quando veio tomar conta da Capitania de MT);

- 5- “[...] poucas legoas abaixo deste sitio fas este rio confluencia com o do Jaurú, e neste lugar se acha posto o marco que devia servir as demarcaçãoens [...]”. (Idem);
- 6- “[...] vantagem politica de ocuparmos a margem ocidental do rio da Madeira [...] facilmente poderíamos sustentar a posse della e occupalla com forças para cujo destino se divizam aqui [...]”. (Carta de Albuquerque à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Rio da Madeira, 3/3/1774);
- 7- “Faço a S.M. presente o Termo da nova fundação denominada Villa Maria do Paraguay, a que ultimamente dei principio na margem esquerda do Rio Pararaguay, junto do lugar por onde de presente se dirige o caminho desta Capital para a Villa de Cuyabá [...] que distará 5 legoas do antigo Marco do Jaurú [...]”. (Carta de Albuquerque a Mello e Castro em Vila Bela, 20/11/1778);
- 8- “A paragem da referida nova povoação he conhecidamente propria e adequada a facilitar a indispensavel comunicação e comercio desta com a mesma Villa de Cuyabá [...] ficando alem disto bem nas vizinhanças da fronteira [...]”. (Idem);
- 9- “[...] ainda que para todos estes fins me vejo na verdade embaraçado como V.Excelência poderá julgar pela notoria falta de habitantes, pois que huma tão remota parte do mundo como esta e tão pouco sadia, são com efeito rarissimas as pessoas que voluntariamente se transportam [...]”. (Idem).

## Fronteira como linha, mapa, traçado:

- 1- “Todo o terreno comprehendido pela linha circular que vay pontuada no mapa (menos as poucas alturas que nele mesmo se indicam) conciste em hum campo sumamente baixo e pantanoso [...]”. (Idem);
- 2- “As alturas e piquenos montes que no citado mapa vão notado ofrece todavia a competente extenção de terras para cultivar as plantaçoens precisas [...]”. (Idem);
- 3- “A este fim (ordens expressas) fuy logo indagar pessoalmente a piquena altura apontada que jas hum pouco acima da destruida fortaleza da Conceyção, e fazendo configuralla exactamente no papel, com todas as suas devidas imediaçoens, projectey nella conforme o sistema mais aplaudido comumente, o quadrado que V.Excelência podera observar em maior ponto\_no desenho [...], o qual vai tambem assinalado em piqueno naquele mesmo espaço da altura referida, que eu julguey mais proprio e adequado, tanto pela sua solidez e elevação, como pela proporcionada vizinhança do rio, para nele ser construida a nova fortaleza, conforme V.Excelência divizará na piquena carta topographica, havendo sido uniformemente aprovada esta minha escolha pelos engenheyros [...]”. (Idem);
- 4- “[...] o qual observo (o novo lugar) ser de elevação sobre o nivel do rio, sendo quazi a mayor força das enchentes somente nove palmos pouco mais ou menos e me parecesse que na urgencia de se não descobrir outro algum se poderia talvez fundar nele hum piqueno quadrado longo, mas flanqueado, como mostra o Plano, e ainda assim de despesa muito avultada, porque não há pedra propria para a construção, nem terras na vizinhança e seria alem disso sem duvidas forçoso de alicerces firmes com o costisissimo sacrificio de grossas estacas e ingradamentos de madeira”. (Idem);
- 5- “[...] como claramente se manifesta do mesmo plano numero [...] e memoraes adjuntos”. (Idem).

## **Fronteira como vassalagem, cumprimento de ordens, obediência:**

1. “Em consequencia das reaes ordens que S.M. foi servido mandar me dirigir pela Secretaria d’Estado da Repartição Ultramarina [...] cheguei efectivamente a confluencia destes rios [...] depois de concluida a minha decida desde Villa Bella as averiguaçoens e exames que o mesmo Sr. degnou juntamente detreminar me sobre diversos lugares de rio Guaporé”. (Carta de Albuquerque à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, Rio da Madeira, 3 de março de 1774);
2. “Como porem quando me dispunha a proceguir e completar todas as diligencias e operaçoens [...] prescritas no real avizo referido [...] e mandar sem demora dipois de os reconhecer atentamente todos os necessarios planos e relaçoens [...] me vierem a mão em officio de mesmo Governador as notas que V. Excelencia fez acrescentar ao plano secretissimo que nellas mesmo se avizam na mesma contextura [...] julguey logo forçosamente necessario o abandonar de todos os meus primeyros projectos relativos, dando principio com a maior atenção aos outros novamente ordenados pelas expreçadas notas que V. Exa. mandou me servissem depois da dita norma e instrução para as fundaçoens determinadas”. (Idem);
3. “Não devo omitir de reconhecer diante de V. Exa. que as fundaçoens destas duas fortalezas e dos mais estabelecimentos que o mesmo Sr. se tem dignado conferir me nesta fronteira, são sem duvida hum dos mais lizonjeiros testemunhos da leal confiança e grandeza com que S.M. benignamente quiz honrar a minha limitadissima capacidade que eles so seriam bastantes a exercitar em mim os mais fervorozos esforços de veradeyro zelo e amor pelo seu Augustissimo serviço, se acazo alguns deles ainda me restassem do que impreterivelmente tenho sacrificado as sagradas obrigaçoens de ser mais humilde e muito fiel vassalo [...]”. (Idem).

## Fronteira como provas, atestação de limites:

1. “[...] configuralla exactamente no papel, com todas as suas imediações [...]”;
2. “[...] aproximados calculos que pude sobre a importante despeza [...]”;
3. “[...] precisa e utilissima fundação [...]”;
4. “[...] prossegui logo a fazer todas aquellas indagações que julguey precisas tanto sobre a qualidade do seu terreno e diverços dados destes grandes rios, como sobre as suas verdadeiras posições, figuras e distancias [...]”;
5. “[...] fazendo assim determinar pelo calculo trigonometrico, não só pela piquena carta Hydrographica [...] mas pelas notas ou memorias competentes [...]”;
6. “Porem como a inspecção dos lugares observados atentamente, assim por mim como pelos engenheyros, provou por um modo incontestavel o contrario do que se pretendia a respeito do espaço de margem do rio Madeyra que nas notas se diz [...] me vi sem duvida muito embaraçado sobre a eleyção que deveria fazer de terreno para a construção do forte, visto serem positivas as ultimas ordens de S.M. para nela ser edificado”;
7. “[...] envio agora juntamente com as memorias pertencentes que formey, apontadas memorias”.

## Instruções

A Rolim de Moura:

1. “[...] trazer o índio à comunicação e à civilidade; formar com eles o corpo de milícias - “para fazer civilizar os Indios pelos meios da suavidade”;

2. “[...] que V.Sa. faça praticar nessa parte quanto possível fôr com os índios da Margem Oriental do Rio Guaporé mandando o dito Senhor, fazer como as Instruções e Ordens que forão expedidas a este respeito a Francisco Xavier de Mendonça Furtado a quem se aviza nesta conformidade [...]”;
3. “[...] não só comonicar [...] mas também instruílo sobretudo pelas ordenz da Cópia incluza [...]”;
4. “Elle tem ordem para se prover nos Armazens da Companhia Geral na cidade do Pará [...], como também dos Espelhos, berimbaos, anzóis, e mais miudezas que costumão servir nos certões para ganhar os Índios Silvestres [...]”;
5. “Enquanto nos não achamos inteiramente estabelecidos; e as demarcaçoens, ou desenganados de que não chegaram os comissarios que as hão de fazer, sera melhor conservar os caminhos fechados, e que os castelhanos não tenham outra porta que não seja a do Rio para entrarem nos Dominios de S.M.”;
6. “[...] segurar assim a Fronteyra para todo o sucesso futuro, e de fortificar a Margem Oriental do Rio Guaporé e Território della com a civilização dos Índios Silvestres [...]”;
7. “[...] nessa Fronteyra são os Padres os quais vendo os mesmos Índios inclinados aos Portugueses, os desvião sugerindo-lhes, que estes os hão de fazer escravos [...] que por isso se devem aplicar a este fim, todos os meyo que as possibilidades nos puder permitir [...] porque o Direito da Natural defeza hé mais antigo do que toda imunidade e não admite alteração alguma sendo tambem Direito Divino imutavel [...]”;
8. “Neste sentido pois ordena S.M. que V.Sa. acrescente às providencias que tem dado nessa Capitania a de mandar sahir dos Domínios della todos quantos Religiosos da dita profição apparecerem nesses certoens, ou sejam Portugueses ou sejam Castelhanos [...]”;
9. “[...] para que cressa ainda mais o numero de Gente atrahindo-se a

esse Governo, pois a verdade hé que sem Gente nada se pode fazer, fazendo se nos a Guerra nas Fronteyras nellas hé que foram concedidos para a Fundação da mesma Villa com as modificações seguintes [...]”;

10. “[...] o meio mais proprio para este fim hé o de V.Sa. se declarar Coronel do dito Regimento fazendo denominar o Regimento do General, como se pratica em alemanha [...] Tambem será util que V.Sa. appareça algumas vezes montado a cavallo diante do dito Regimento [...] tendo meynos [...] de usar uniformes [...]”;
11. “[...] nada pode obrar sem ordens desta Corte [...]”;
12. “Quanto à occupação [...] me ordena S.M. declare a V.Sa. que tudo o executado respectivo a esta diligencia foy com o aserto proprio da prudencia de V.Sa. Pelo que respeita aos jesuitas [...] o mesmo Senhor manda louvar a V.Sa. a prudencia com que suspendeo a execução [...] Da mesma forma se agradou S.M. do que V.Sa. dispôs quanto a mandar occupar os dois importantes sitios [...] cuja conservação se fás agora mais necessaria depois que se anulou o Tratado dos Limites [...] e ordena que V.Sa. o forme (o Regimento montado) como lhe parecer mais util ao seu Real Serviço, e a segurança”.

### **A Luiz de Albuquerque:**

No discurso das Instruções encaminhadas a Albuquerque vão permanecer as mesmas marcas que caracterizam a voz de comando apesar de haver entre eles o interregno de quase duas décadas. Como aparece literalmente, esse instrumento legal é ‘consubstanciado’. São discursos que vão re-configurando o dizer na ação desses administradores.

1. “[...] um dos seus objectos he instruir o governador de Matto Grosso sobre as cautelas que deve tomar contra as infestaçoens daquella perniciosa sociedade”;



2. “[...] achara V.Sa. tudo o que deve obrar para conciliar a amizade e confiança dos indios da margem oriental do Guaporé e dos Paiagaz e para civilizar e atrahir os indios silvestres [...]”;
3. “[...] o que deve obrar a respeito dos indios bororos, formando delles hum terço de melicias ou tropas irregulares à maneira dos sinais da India Oriental e como a execução deste plano he de huma grande importancia para a segurança e fortaleza da Capitania de Matto Grosso, deve V.Sa. por todo o seu cuidado e diligencia em formar o referido corpo [...] e avizando por esta Secretaria de Estado dos progressos que tiver feito sobre este importantissimo artigo e das providencias que lhe poderão ser necessario para o por em estado de nos ser util”;
4. “[...] terá V.Sa. todo o cuidado em animar o dito comercio (com os espanhóis) por todos os meyoys que lhe forem possiveis, de tal sorte e com tal disfarce, que não pareça que V.Sa. promove, e menos que tem ordem para assim o fazer [...] e deste poderá V.Sa. também haver noticias de tudo quanto se passar nos dominios de Castella”;
5. “As luzes que V.Sa. adquirio na Praça de Almenda lhe servirá de grande socorro, para distinguir os bons dos maus castelhanos”;
6. “[...] todo o cuidado de V.Sa. deve ser o de estabelecer entre os portuguezes e os habitantes das sobreditas aldeas e missoens huma amizade e confiança mutua, de sorte que por mais que trabalhe o governo de Castella a vedar a comunicação entre elles e nós, achem sempre aquelles povos mais utilidade e maior vantagem em nos communicar, do que em obedecer as leys que o prohibem [...]”;
7. “[...] V.Sa. verá as pozitivas ordens que deve seguir não somente para se conservar na posse em que nos achamos [...] mas na ocupação de toda margem oriental do rio Guaporé; cujas ordens manda S.M. ratificar presentemente, a fim de que V.Sa. as observe, e servindo-se se for possivel de todas as forças que tiver, e deffendendo a dita margem do Guaporé, athe a ultima e sobre ser de extremidade”;
8. “[...] e a este respeito [...] e não de cavalaria o regimento de guarnição

da colônia), logo que V.Sa. chegar a ella deve mandar juntar o dito corpo e passa lo em revista, informando por esta secretaria de estado, com todo o detalhe da situação em que achou o dito regimento, e das providencias que deo para conservar ou estabelecer a disciplina militar, na forma das ordens e regulaçoens de S.M.”;

9. “[...] a grande vigilancia que deve ter o Governador de Matto Grosso, em tomar todas as medidas necessarias para se acautelar e prevenir contra qualquer surpresa ou invazão, que os castelhanos possam intentar contra os dominios de S.M”;
10. “[...] trata de um mapa que se meteu na capitania de Matto Grosso, do qual constavão as armas e muniçoens de guerra, que havia nos armazens daquella Capitania; e sendo este artigo de mayor importancia, V.Sa. remeterá todos os annos outro mappa semelhante no qual indique o que existe, o estado em que se acha, e o que he preciso para deffensa e segurança da mesma Capitania”;
11. “[...] ordens de S.M. para se concluir a fortaleza de N.Sa. da Conceyção, a importancia desta praça para a livre navegação do Pará, a guarnição que deve ter, a vigilancia com que sempre deve estar o commandante sobre os movimentos dos castelhanos, e como deve fomentar o commercio com os habitantes das aldeas daquella nação”;
12. “Advirto V.Exa., que como a construção da fortaleza na duodecima cachoeira, de que falo assim, he objecto da maior importancia e se lhe deve dar principio com a possivel brevidade, precedendo os mais circunspectos exames, observaçoens e diligencias, assim sobre a escolha do terreno, como sobre a qualidade da obra; para a qual lhe sera preciso ouvir mais engenheiros [...]”. (Instrução de Mello e Castro para Albuquerque, Palácio de N. Sra. da Ajuda, em 30 de Setembro de 1772).

**Dados sobre a autora:**

Olga Maria Castrillon-Mendes é professora do Curso de Letras/ UNEMAT/Cáceres e dos Programas de Pós-Graduação em Estudos Literários e do PROFLETRAS/UNEMAT. Doutora em Teoria e História Literária/ UNICAMP, com Pós-Doutoramento em Literaturas Comparadas de Língua Portuguesa/USP-SP. Liga-se às pesquisas sobre a literatura brasileira produzida em Mato Grosso, possuindo vários artigos em periódicos e coletâneas nacionais e internacionais. É sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico de Cáceres e da Academia Mato-Grossense de Letras. Autora de *Taunay viajante: construção imagética de Mato Grosso* (Cuiabá: EdUFMT, 2013).